



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA – ININGA
64.049-550 – Teresina – PIAUÍ SG 07 Fone 86-3215-5505**

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2011

TERESINA, PIAUÍ

MARÇO DE 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

DIRIGENTES

REITOR

Luiz de Sousa Santos Júnior

VICE-REITOR

Edwar de Alencar Castelo Branco

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

José de Arimatéia Dantas Lopes

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Fábio Napoleão do Rego Paiva Dias

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Regina Ferraz Mendes

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Saulo Cunha de Serpa Brandão

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Maria da Glória Carvalho Moura

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Nadir do Nascimento Nogueira

ÓRGÃOS ENCARGADOS DO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Titular: José de Arimatéia Dantas Lopes

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (DIAI)

Titular: Maria do Carmo de Souza Batista

PROCURADORIA INSTITUCIONAL (PI)

Titular: Teresa Christina Torres Silva Honório

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

COORDENAÇÃO:

Nome:	Josania Lima Portela Carvalhedo
Telefone:	86)-3215-5886; (86)-8831-1612
E-mail:	josaniaportela@gmail.com ; cpa@ufpi.br
Cargo:	Coordenadora da CPA

MEMBROS:

Nome:	Adenilma da Silva Farias
Telefone:	(86)-32120465; (86)-8849-8030
E-mail:	adenilma@msn.com
Cargo:	Representante discente
Nome:	Wirla Maria Perira de Sousa
Telefone:	(86) 8815-3209
E-mail:	wirla_15@hotmail.com
Cargo:	Representante discente
Nome:	Alberto Luis Da Silva Pinto
Telefone:	(86)3236-4390; (86) 8803-3738
E-mail:	alspinto@ufpi.edu.br
Cargo:	Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
Nome:	Alzenir Lima Marques
Telefone:	(86) 3231 9015; (86) 94730911
E-mail:	alzenirmarx@yahoo.com.br
Cargo:	Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
Nome:	Antonia Edna Brito
Telefone:	(86)-3213-4856; (86)-9461-0168
E-mail:	antonedna@hotmail.com
Cargo:	Representante Docente
Nome:	Carlos Ernando da Silva
Telefone:	(86)-9921-9882
E-mail:	carlosernando@gmail.com
Cargo:	Representante Docente
Nome:	Maria Rosália Ribeiro Brandim
Telefone:	86-3232-3224; 9988-3836
E-mail:	rbrandim@ufpi.br; rosaliabrandim@uol.com.br
Cargo:	Representante Docente

Nome:	Maria da Graça Ribeiro Machado
Telefone:	(86)-3232-7994; 9948-1248
E-mail:	gracarmachado@hotmail.com
Cargo:	Representante da Sociedade Civil

Membros suplentes da CPA:

Prof. Gregório Elias Nunes Viana - *Docente*
 Prof. Naziozênio Antônio Lacerda - *Docente*
 Prof. Miguel Arcanjo Costa- *Docente*
 Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha - *Técnico-Administrativo*
 Maria Lêda Nogueira Matias Rufino - *Técnico-Administrativo*
 Aelson Barros Dias - *Discente*
 Elenice Maria Nery- *Discente*
 Leonor Maria e Silva Palha Dias de Araújo - *Sociedade Civil*

COMISSÕES SETORIAIS:

CAMPUS “MINISTRO REIS VELLOSO” - PARNAÍBA

Coordenador:

Álvaro José Ribeiro Caldas

Representantes dos Docentes:

Prof. Carlos Renato dos Santos - *titular*

Prof. Pedro Alencar Carvalho e Silva - *titular*

Prof. Manoel Dias de Souza e Silva - *suplente*

Prof. Evandro Rui Condè Marlière - *suplente*

Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos:

Severo Vieira Neto- *titular*

Joana D’Arck Carvalho Cardozo- *suplente*

Representantes dos Discentes:

Pedro Victor Modesto Batista - *titular*

Jacy Luiz de Jesus Batista- *titular*

William Nelson Freitas do Amaral- *suplente*

Thamara Lopes de Matos- *suplente*

CAMPUS “SENADOR HELVÍDIO NUNES” - PICOS

Coordenadora:

Maria César de Sousa

Representantes dos Docentes:

Profa. Juliana Oliveira de Carvalho- *titular*

Profa. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz- *titular*

Profa. Suze da Silva Sales- *suplente*

Prof. Gustavo Silvano Batista- *suplente*

Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos:

Erlane Maria de Sousa - *titular*

Sr. João Moura Leal Filho- *suplente*

Representantes dos Discentes:

João Bosco Evangelista Lima - *titular*

Gledson Lima e Silva - *titular*

Anne Karoline de Sousa Santos - *suplente*

Nara Nyely Noronha Luz - *suplente*

CAMPUS “AMILCAR FERREIRA SOBRAL” – FLORIANO

Coordenador:

Mauro SérgioCruz Souza Lima

Representantes dos Docentes:

Prof. Edivaldo Leal Queiroz - *titular*

Profa.Rute Irene Claudio Crispim - *titular*

Profa. Rita de Cássia Pimenta de Araújo - *suplente*

Profa. Isabel Cristina Falcão Juvenal Barbosa - *suplente*

Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos:

Adalgisa Costa Melo - *titular*

Delmárcio de Moura Sousa - *suplente*

Representantes dos Discentes:

Hitalo Daniang Ferreira Borges - *titular*

Alexsandro Naponuceno Rodrigues - *titular*

Lívio Eduardo Pereira Alves - *suplente*

Diego Vanucci Batista da Silva - *suplente*

CAMPUS “PROFª CINOBELINA ELVAS” – BOM JESUS

Coordenadora:

Profa. Aldina de Figueiredo Cunha

Representantes dos Docentes:

Prof. José Benedito Guimarães - *titular*

Prof. Bruno Leandro Maranhão Diniz - *titular*

Prof. Sinevaldo Gonçalves de Moura- *suplente*

Prof. Marcelo Barbosa Furtini - *suplente*

Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos:

Amanda Costa Santos - *titular*

Elton Marks de Araújo Braz - *suplente*

Representantes dos Discentes:

Josiel Fernandes Barbosa - *titular*

Arturene Marques Rocha - *suplente*

Luis Paulo Teixeira da Silva - *suplente*

Márcio Gomes Rodrigues - *suplente*

SUMÁRIO

	LISTA DE FIGURAS E QUADROS	7
	APRESENTAÇÃO	9
	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	11
1	A UFPI: UM BREVE HISTÓRICO	12
2	DADOS INSTITUCIONAIS OFICIAIS	20
2.1	Caracterização da Mantida	20
2.2	Caracterização da Mantenedora	21
2.3	Caracterização dos Campi	21
3	AUTOAVALIAÇÃO NA UFPI: UM BREVE HISTÓRICO	22
4	A AUTOAVALIAÇÃO DE 2011 NA UFPI	25
4.1	Instrumentos de colheita de dados	26
4.2	Participação da comunidade <i>ufpiana</i>	27
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
5.1	Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	30
5.2	Dimensão 2: A políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão	34
5.3	Dimensão 3: A responsabilidade social	41
5.4	Dimensão 4: A comunicação com a sociedade	47
5.5	Dimensão 5: As políticas de pessoal	52
5.6	Dimensão 6: Organização e gestão da instituição	56
5.7	Dimensão 7: Infraestrutura física	59
5.8	Dimensão 8: Planejamento e avaliação	65
5.9	Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes	67
5.10	Dimensão 10: Sustentabilidade financeira	74
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
6.1	Sugestão de melhorias decorrentes da auto-avaliação	76
6.2	Ações necessárias em conseqüentes ao processo avaliativo	76
7	BIBLIOGRAFIA	78
8	ANEXOS	80

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

❖ FIGURAS		
1	Localização geográfica dos Pólos de Apoio Presencial da UFPI.	14
2	Contribuição do curso de graduação para o desempenho profissional do egresso	72
3	Adequação do currículo do curso de graduação à realidade de mercado	72
❖ QUADROS:		
1	Cursos de graduação ministrados pela UFPI, com suas respectivas Unidades de Ensino ministrantes	15
2	Programas de Pós-Graduação	18
3	Dados cadastrais da Mantida	20
4	Dados cadastrais da Mantenedora	21
5	Dados cadastrais dos Campi da UFPI	21
6	Avaliações externas realizadas na UFPI em 2011	26
7	Participação da comunidade acadêmica na auto-avaliação 2011 por segmento	28
8	Conhecimento sobre o PDI da UFPI	33
9	Compromisso com a missão institucional	34
10	Articulação entre ensino-pesquisa-extensão	37
11	Articulação entre teoria e prática curricular	38
12	Realização de atividade de iniciação científica e científico-culturais	39
13	Realização de atividade de extensão	39
14	Realização de atividades esportivas	40
15	Realização de atividades artísticas	40
16	Realização de atividades de pós-graduação	41
17	Disponibilização de bolsas de apoio aos discentes	45
18	Existência de condições satisfatórias de acessibilidade	46
18	Divulgação do conhecimento	46
20	Contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Estado	47
21	Eficácia dos meios de comunicação interna e externa	49
22	Existência de mecanismos de comunicação nas Unidades Acadêmicas	50
23	Existência de informação dirigida ao público interno e externo	50
24	Utilização da Ouvidoria da UFPI	51
25	Imagem pública da UFPI	51
26	Satisfação quanto ao atendimento nos setores da UFPI	52
27	Existência de capacitação para técnico-administrativos e docentes.	55
28	Nível de satisfação com o programa de educação continuada da UFPI	55
29	Participação dos representantes da comunidade nas decisões	58
30	Cumprimento dos dispositivos regimentais e estatutários	58
31	Qualidade das salas de aula	61
32	Qualidade dos laboratórios	61
33	Qualidade da Biblioteca comunitária (central) e laboratórios	62
34	Qualidade das bibliotecas setoriais	62
35	Qualidade das áreas de conveniência/lazer e cantinas	63
36	Qualidade dos bebedouros e banheiros	63
37	Qualidade dos serviços de internet e os recursos de TIC	64
38	Qualidade e funcionalidade das instalações gerais dos Pólos - EaD	64
39	Conhecimento acerca da existência e funcionalidade da CPA	66
40	Conhecimento sobre a utilização dos resultados da autoavaliação	66
41	Disponibilização de apoio acadêmico ao alunado	71
42	Existência de políticas de acesso e permanência estudantil	72

43	Importância de mecanismos de permanência	72
44	Qualidade da aplicação dos recursos públicos gerenciados pela UFPI	75
45	Adequação da aplicação dos recursos em Ensino-Pesquisa-Extensão	75

APRESENTAÇÃO

O processo de autoavaliação das Instituições de Educação Superior, implantado oficialmente a partir da edição da Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, é efetivado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) a quem compete instituir os mecanismos de colheita das impressões da comunidade acadêmica acerca do seu fazer diário, de suas dificuldades e seus avanços, e adotar mecanismos que permitam realizar uma análise complexa e caracterizar a realidade, de forma a apresentar à equipe gestora, elementos que possam contribuir para a transformação da realidade institucional e, conseqüentemente, para uma tomada de decisão que possa garantir uma educação com qualidade social.

Gerir uma instituição pública de educação superior tem sido um desafio permanente, tanto pela complexidade de sua natureza organizacional quanto de seus fins institucionais. Escolher e implementar um modelo de gestão que atenda aos múltiplos objetivos institucionais, satisfaça as aspirações e contemple o atendimento das demandas da sociedade, é uma tarefa árdua, uma vez que o sucesso está condicionado ao nível de comprometimento de todos os agentes envolvidos.

A cultura da avaliação que tem se estabelecido no contexto instituições que se voltam para a educação superior abre caminhos na busca da qualidade, relevância social e autonomia, exigindo o aprimoramento dos processos avaliativos internos de forma a permitir a concretização da missão.

Ancorada em princípios básicos que vêm alicerçando a sua política acadêmica e administrativa, a UFPI trabalha permanentemente em observância ao caráter público, com publicização das atividades desenvolvidas em busca da qualidade, da integração entre os distintos níveis de ensino, da ênfase à pesquisa e à geração de produtos tecnológicos fomentadores de desenvolvimento e da consecução efetiva do seu processo de internacionalização.

A adoção desses princípios, aliado ao resultado dos processos avaliativos, interno e externo, tem permitido a construção de estratégias nas diferentes áreas da gestão acadêmica, objetivando a sua consolidação como instituição prestadora de serviços educacionais de qualidade que visa galgar os patamares da excelência, capazes

de fomentar mudanças que possam efetivamente contribuir para que a sociedade piauiense supere os desafios do momento em que se vive.

Conscientes de que o processo auto-avaliativo necessita ser permanentemente aprimorado, espera-se que os dados coletados e as informações prestadas pelo corpo social da UFPI e por seus egressos permitam análises e reflexões que possibilitem a tomada de decisões importantes por parte dos gestores e demais membros academia, para o seu aprimoramento e sua consolidação institucional.

Prof. Dr. LUIZ DE SOUSA SANTOS JÚNIOR
REITOR DA UFPI

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Este relatório apresenta os resultados do processo de autoavaliação institucional da UFPI referente ao ano de 2011 e de maneira especial, os resultados da consulta efetivada junto à comunidade universitária acerca dos aspectos que integram as dimensões de análise propostas no roteiro elaborado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) para as instituições integrantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O relatório foi dividido em quatro partes. A primeira delas aborda os contextos institucional, teórico e metodológico, organizados em dois itens e três subitens, que fazem uma breve descrição do cenário histórico da UFPI. A segunda trata da evolução do processo de autoavaliação institucional, antes do advento da legislação regulatória do SINAES em 2004 e a partir de então.

A terceira parte compõe-se da análise das dez dimensões da autoavaliação, no âmbito da qual se procura discutir as diretrizes e políticas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade. E, na parte final, realiza-se uma análise global dos resultados e trata-se dos desafios institucionais para a superação das fragilidades evidenciadas ao longo de todo o processo.

Prof^a. Dra. Josania Lima Portella Carvahêdo
Coordenadora da CPA - UFPI

1 A UFPI: UM BREVE HISTÓRICO

A UFPI é uma instituição universitária de caráter público, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí. Sua constituição englobou as unidades isoladas de ensino superior preexistentes naquela época: Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Medicina, localizadas em Teresina; e Faculdade de Administração, em Parnaíba.

Estruturou-se, inicialmente, em unidades básicas de ensino de acordo com as áreas de conhecimento, denominadas departamentos e estes, por sua vez, se agregaram e passaram a formar unidades de ensino maiores que, no Campus sede, receberam o nome de Centros. Atualmente, a UFPI conta com 06 (seis) unidades (centros de ensino) no Campus sede: Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Tecnologia (CT) e com 04 (quatro) Campi no interior do Estado, sediados nas cidades de: Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano.

Integrando a estrutura do ensino de graduação, possui um Centro de Educação Aberta a Distância, cognominado como Universidade Aberta do Piauí (UAPI), através do qual ministra cursos (bacharelados e licenciaturas) que objetivam atingir a um público que não tem oportunidade de participar ativamente do dia à dia institucional em caráter presencial mas que, através da adoção de novas metodologias da informação e comunicação, forma profissionais habilitados ao exercício profissional, aptos a atuarem na sociedade onde vivem.

São integrados também à sua estrutura da UFPI 03 (três) colégios de ensino técnico profissionalizante, conhecidos por Colégios Agrícolas, que são sediados em Teresina, Floriano e Bom Jesus.

A implantação da UFPI coincide com um momento paradoxal da vida política e econômica do nosso país – o "milagre econômico", denominação dada ao período de desenvolvimento ocorrido durante a ditadura militar, quando era possível evidenciar o aumento da concentração da renda e da pobreza. Foi nesse cenário político e econômico que a UFPI emergiu como uma Instituição de Educação Superior que vem contribuindo para o engrandecimento social, político, econômico e educacional do Estado do Piauí e

do Brasil. Sua criação resultou do empenho de vários atores, dentre os quais, governantes, e movimentos de base piauiense que, imbuídos de sentimento projetivo e capacidade de olhar para o futuro, proporcionaram a criação de uma IES que tem se destacado no campo da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura em nossa região e no País.

Com o mesmo espírito desbravador dos primórdios da sua fundação, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento.

A partir da evolução e das transformações ocorridas no País, com o advento da Constituição Federal de 1988, seguindo pelo movimento de expansão e crescente ampliação de matrículas na educação superior, que iniciou nos anos noventa e atingiu o seu ápice no ano de 2005 (nas IES privadas) e 2010 (nas públicas), vem sendo consolidado o processo de democratização e acesso à educação superior brasileira, a partir dos programas implementados pelo Governo Federal.

Articulada com a política governamental, a UFPI centrou-se na necessidade de expansão e interiorização de suas ações, produzindo meios de ampliação das suas condições de acesso à educação superior, a partir da expansão de dois Campi do interior (Parnaíba e Picos) e implantando um novo Campus na cidade de Bom Jesus (extremo sul do Estado, distando de 635 km da capital), a partir implantação de dezenove cursos de graduação: 07 (sete) em Parnaíba; 07 (sete) em Picos e 05 (cinco) em Bom Jesus, expandindo um total de 19 (dezenove) cursos de graduação em 2006.

Antenada com a possibilidade de tornar mais democrático o acesso à educação superior, num Estado de ampla dimensão territorial, a UFPI aderiu ao Programa do Governo Federal de apoio a Planos e Programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em outubro de 2007, com o objetivo de implantar um novo campus, na cidade de Floriano, com 4 (quatro) cursos de graduação (Enfermagem, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia) e de criar 7 (sete) novos cursos no Campus de Teresina (Arqueologia, Moda e Design e Estilismo, Estatística, Ciências da Natureza, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção), oferecendo mais 540 novas vagas anuais.

No Quadro 1 estão enumerados os cursos de graduação presenciais atualmente oferecidos em todos os Campi. Considerando a duplicação de algumas áreas em função da diversidade de local de oferta e também de turnos, estão cadastrados no sistema e-MEC um total de 99 (noventa e nove) cursos de graduação na modalidade presencial.

Participando do Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior à distância gratuita e de qualidade, em caráter experimental, foi implantada a UAPI com vistas a sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil Atualmente são ministrados 10 cursos na modalidade EaD, em 31 pólos de apoio presencial, distribuídos em todas as microrregiões homogêneas do Estado, conforme mostra a Figura 1.



Figura 1- Localização geográfica dos Polos de Apoio Presencial da UFPI.Teresina, 2011

Quadro 1 - Cursos de graduação ministrados pela UFPI, com suas respectivas Unidades de Ensino ministrantes.

CAMPUS	UNIDADE DE ENSINO	CURSOS DE GRADUAÇÃO (presenciais)	
		Bacharelados (Situação legal)	Licenciaturas (Situação legal)
Ministro Petrônio Portella (sediado em Teresina)	Centro de Ciências da Natureza	-Arqueologia e Conservação da Arte Rupestre (Autorizado); -Ciências da Computação (Reconhecido); -Ciências Biológicas (Reconhecido); -Estatística (Autorizado); -Física (Reconhecido); -Matemática (Reconhecido); -Química (Reconhecido);	-Ciências Biológicas (Reconhecido); -Ciências da Natureza (Reconhecido); -Física (Reconhecido); -Matemática (Reconhecido); -Matemática – PARFOR- Picos (Autorizado); -Química (Reconhecido); -Formação de Professores de Ciências (Autorizado); -Ciências Nat. e Matemática – PROCAMPO- Oeiras (Autorizado); -Ciências Nat. e Matemática – PROCAMPO- Jaicós (Autorizado);
	Centro de Ciências da Saúde	-Enfermagem (Reconhecido); -Farmácia (Reconhecido); -Medicina (Reconhecido); -Nutrição (Reconhecido); -Odontologia (Reconhecido);	-Educação Física (Reconhecido); -Educação Física- convênio CREF (Reconhecido); -Educação Física - PARFOR- Teresina (Autorizado);
	Centro de Ciências da Educação	-Comunicação Social (Reconhecido); -Moda, Design e Estilismo (Autorizado);	-Artes Visuais (Autorizado); -Artes Visuais -PARFOR- Parnaíba (Autorizado); -Artes Visuais -PARFOR- Picos (Autorizado); -Artes Visuais -PARFOR- Floriano (Autorizado); -Artes Visuais -PARFOR- Teresina (Autorizado); -Educação Artística (Reconhecido); -Música (Autorizado); -Pedagogia - Magistério (Reconhecido); -Pedagogia - PARFOR- Teresina (Autorizado); -Pedagogia - PARFOR- Parnaíba (Autorizado); -Pedagogia - PARFOR- Floriano (Autorizado); -Pedagogia - PARFOR- Picos (Autorizado); -Pedagogia - PARFOR- Batalha (Autorizado);
	Centro de Ciências Humanas e Letras	-Administração (Reconhecido); -Ciências Contábeis (Reconhecido); -Ciências Econômicas (Reconhecido); -Ciências Sociais (Reconhecido); -Direito (Reconhecido); -Serviço Social (Reconhecido);	-Filosofia (Reconhecido); -Geografia (Reconhecido); -História (Reconhecido); -História- PARFOR- Teresina (Autorizado); -História- PARFOR- Picos (Autorizado); -Letras -Língua Inglesa (Reconhecido); -Letras -Língua Portuguesa e Líng. Francesa (Reconhecido); -Letras -Língua Portug.e Lit. Bras. e Portuguesa (Reconhecido);
	Centro de Ciências	-Agronomia (Reconhecido);	

	Agrárias	-Medicina Veterinária (Reconhecido);	
	Centro de Tecnologia	-Arquitetura e Urbanismo (Reconhecido); -Engenharia Civil (Reconhecido); -Engenharia de Agrimensura (Reconhecido); -Engenharia de Produção (Autorizado); -Engenharia Elétrica (Autorizado); -Engenharia Mecânica (Autorizado);	
	Ministro Reis Veloso (sediado em Parnaíba)	-Administração (Reconhecido); -Biomedicina (Reconhecido); -Ciências Contábeis (Reconhecido); -Ciências Econômicas (Reconhecido); -Engenharia de Pesca (Autorizado); -Fisioterapia (Reconhecido); -Psicologia (Autorizado); -Turismo (Reconhecido);	-Ciências Biológicas (Reconhecido); -Matemática (Reconhecido); -Pedagogia –Magistério (Reconhecido);
	Senador Helvídio Nunes de Barros (sediado em Picos)	-Administração (Reconhecido); -Enfermagem (Reconhecido); -Nutrição (Reconhecido); -Sistemas de Informação (Reconhecido);	Ciências Biológicas (Autorizado); -História (Reconhecido); -Letras (Reconhecido); -Matemática (Reconhecido); -Pedagogia – Magistério (Reconhecido);
	Professora Cinobelina Elvas (sediado em Bom Jesus)	-Engenharia Agrônômica (Reconhecido); -Engenharia Florestal (Reconhecido); -Medicina Veterinária (Reconhecido); -Zootecnia (Reconhecido);	-Ciências Biológicas (Reconhecido);
	Amílcar Ferreira Sobral (sediado em Floriano)	-Administração (Autorizado); -Enfermagem (Autorizado); -Ciências Biológicas (Autorizado);	-Pedagogia – Magistério (Autorizado);
	Unidade	CURSOS DE GRADUAÇÃO (a distância)	
	Centro de Educação Aberta a Distância (Universidade Aberta do Piauí –UAPI)	-Administração (Autorizado); -Administração Pública (Autorizado); -Administração-Projeto Piloto (Reconhecido); -Sistemas de Informação (Autorizado);	-Ciências Biológicas (Autorizado); -Filosofia (Autorizado); -Física (Autorizado); -Matemática (Autorizado); -Pedagogia (Autorizado); -Química (Autorizado);
Polos de Apoio Presencial: Água Branca, Alegrete do Piauí, Avelino Lopes, Bom Jesus, Buriti dos Lopes, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Gilbués, Inhuma, Jaicós, Luzilândia, Marcos Parente, Monsenhor Gil, Oeiras, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, Redenção do Gurguéia, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes, União, Uruçuí e Valença do Piauí.			

Consciente de que o desenvolvimento regional só é alcançado a partir da formação de quadros altamente qualificados, a UFPI vem trabalhando arduamente no sentido de expandir a sua pós-graduação com qualidade. Todas as metas previstas no PDI (2005-2009) foram alcançadas e a política institucional implementada no período possibilitou a expansão dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) em um patamar superior ao projetado. Isso também vem se configurando com relação ao PDI (2010-2014), uma vez que tem incentivado a criação de novos programas e a consolidação daqueles já existentes nessas áreas, para a sustentação e consolidação de núcleos de pesquisa voltados para a solução de problemas atinentes aos principais eixos temáticos, sobretudo: educação, saúde e avanços biotecnológicos voltados para a agropecuária.

Partindo-se do pressuposto de que não há desenvolvimento sem crescimento industrial, a UFPI tem investido, também, na criação e consolidação de cursos de graduação na área das engenharias, visando a criação futura de novos cursos de pós-graduação ligados a essa área.

A pesquisa como princípio educativo componente da trajetória da formação pós-graduada vem sendo amplamente incentivada, de forma que a participação do corpo discente (de graduação de pós-graduação) nos projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação vem crescendo e sendo efetivada a cooperação entre alunos e docentes-pesquisadores na produção científica.

No âmbito da pós-graduação a UFPI contabilizou, ao final de 2011 um total de 36 (trinta e seis) Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, nos quais são desenvolvidas as atividades de 30 (trinta) mestrados Acadêmicos, 01 (um) Mestrado Profissional, 03 (três) Doutorados Institucionais e 02 (dois) doutorados em rede, conforme está demonstrado no Quadro 2.

Com o objetivo de qualificar o seu corpo docente e técnico-administrativo, a partir de 2005 foram estabelecidas parcerias e, ao longo destes 07 (sete) últimos anos houve a aprovação pela CAPES de 13 (treze) doutorados Interinstitucionais (DINTERs) e 02 (dois) Mestrados Interinstitucionais (MINTERs). Também visando promover a formação de recursos humanos de alto nível, nas diversas áreas do conhecimento, através de projetos conjuntos de pesquisa de média duração e intensificar o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras, criando condições para a elevação geral da qualidade do ensino superior e da pós-graduação, a UFPI conseguiu a

aprovação de 10 (dez) Programas de Cooperação Acadêmica - PROCADS (PRPPG-Relatório de Gestão, 2011).

Quadro 2 - Programas de Pós-Graduação da UFPI, por ano de implantação.

	NOME DO PPG	NÍVEL	ANO	CONCEITO
01	Educação	M	1991	4
02	Ciência Animal	M	1999	4
03	Química	M	1999	4
04	Agronomia	M	2001	3
05	Desenvolvimento e Meio Ambiente	M	2002	3
06	Políticas Públicas	M	2002	4
07	História do Brasil	M	2004	3
08	Ciências e Saúde	M	2004	3
09	Letras	M	2004	3
10	Ciência Animal	D	2005	4
11	Enfermagem	M	2006	3
12	Farmacologia	M	2006	3
13	RENORBIO*	D	2006	5
14	Ciência Política	M	2007	3
15	Ética e Epistemologia	M	2007	3
16	Física	M	2007	3
17	Agronomia - Solos e Nutrição de Plantas	M	2008	3
18	Genética e Melhoramento	M	2008	3
19	Matemática	M	2008	3
20	Alimentos e Nutrição	M	2008	3
21	Antropologia e Arqueologia	M	2008	3
22	Ciências Farmacêuticas	M	2009	3
23	Desenvolvimento e Meio Ambiente**	D	2009	4
24	Fitotecnia	M	2010	3
25	Biotecnologia	M	2010	3
26	Ciência dos Materiais	M	2010	3
27	Matemática***	MP	2010	3
28	Educação	D	2010	4
29	Políticas Públicas	D	2010	4
30	Comunicação	M	2011	3
31	Geografia	M	2011	3
32	Odontologia	M	2011	3
33	Zootecnia	M	2011	3
34	Sociologia	M	2011	3
35	Arqueologia	M	2011	3
36	Ciência da Computação	M	2011	3

Nota: * Doutorado vinculado à Rede Nordeste de Biotecnologia; ** Doutorado vinculado ao PRODEMA (em associação); *** Mestrado Profissional; M= mestrado; D=Doutorado.

A política de qualificação docente implantada na UFPI nos últimos anos vem permitindo que o percentual de titulados, principalmente de mestres e doutores, continue crescendo de forma progressiva. Devido o aumento do número de Programas

Institucionais de Pós-Graduação, inclusive em nível de Doutorado, muitos docentes e técnicos vêm se qualificando na própria instituição.

O expressivo crescimento do corpo docente qualificado deve-se ao empenho institucional permanente da administração superior, que tem possibilitado a qualificação de professores em programas de pós-graduação da própria universidade e, sobretudo, em parceria com outras instituições de educação superior.

Ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFPI desde sua fundação, a Instituição tem-se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

Como instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal do Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

2 DADOS INSTITUCIONAIS OFICIAIS

A UFPI integra o sistema federal de ensino e, portanto, possui cadastro no sistema e-MEC, conjuntamente com sua Mantenedora e seus Campi.

2.1 Caracterização da Mantida

A UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina (onde está localizado o Campus central), com quatro outros Campi sediados nas cidades de: Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano. Goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pautando-se na utilização de recursos humanos e materiais, enfatizando a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade.

Ministra cursos presenciais e a distância, conferindo os graus de “bacharel” e “licenciado” aos concluintes dos seus cursos de graduação e outorga os títulos de “especialista”, “mestre” e “doutor”, aos concluintes dos seus programas de pós-graduação. Sua gestão obedece a decisões colegiadas e adota a estrutura *multicampi*.

Os dados da Mantida cadastrados no sistema e-MEC são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Dados cadastrais da Mantida

Nome da Mantida: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – Cód. 005	
Sigla: UFPI	Disponibilidade do Imóvel: Próprio
CEP: 64049550	Caixa Postal: -
UF: PI	Município: Teresina
Bairro: Ininga	Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela - Av.Universitária
Complemento: SG - 07	Nº: s/n
Telefone(s): (86) 3215 5620; (86) 3215 5621; (86) 3215 1104	Fax: (86) 3215 5880; (86)3215 1104
Site: http://www.ufpi.br	E-mail: diretoria.avaliacao@ufpi.edu.br proplan@ufpi.edu.br ; pi.ufpi@ufpi.edu.br
Organização Acadêmica: Universidade	

2.2 Caracterização da Mantenedora

A UFPI é mantida com recursos do Ministério da Educação repassados por meio de uma Fundação especialmente instituída, no ato de sua criação, para tal fim, cujos dados cadastrais junto ao Ministério da Educação, estão sumarizados no Quadro 4.

Quadro 4 - Dados cadastrais da Mantenedora.

Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ		
CNPJ: 06.517.387/0001-34		
Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal		
CEP: 64049-550	Caixa Postal: -	
UF: PI	Município: Teresina	
Bairro: Ininga	Endereço: Avenida Universitária	
Complemento:	Nº: s/n	
Telefone(s): 86-3215-5511	Fax: 86-3215-5511	Site: -

2.3 Caracterização dos Campi

A UFPI possui cinco campi, sendo um na sede da instituição e quatro outros sediados no interior do Estado.

Quadro 5 - Dados cadastrais dos Campi da UFPI.

Código e-MEC	Nome do Campus	Endereço
102559	Ministro Petrônio Portella	Av. Universitária, s/n - Bairro Ininga CEP 64.049-550 – Teresina-PI
338	Ministro Reis Veloso	Av. São Sebastião, 2819 - Centro CEP 64.200-020 – Parnaíba-PI
1002563	Senador Helvídio Nunes de Barros	Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco CEP 64.600-971 – Picos-PI
1002562	Professora Cinobelina Elvas	BR 135, Km 3 – Planalto Horizonte CEP 64.800-000 – Bom Jesus-PI
1002561	Amílcar Ferreira Sobral	BR 343, Km 3,5 s/n – Bairro Meladão CEP 64.800-000 – Floriano-PI

3 AUTOAVALIAÇÃO NA UFPI: UM BREVE HISTÓRICO

A UFPI iniciou seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com a finalidade de aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica, e melhoria do planejamento e da gestão universitária. Utilizou como referencial para implantação o Documento Básico: Avaliação das Universidades Brasileiras – Uma Proposta Nacional, divulgado pela SESu/MEC em 26 de novembro de 1993 e parte do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), cuja proposta era adoção de uma sistemática de avaliação institucional da atividade acadêmica que deveria ser fundamentando tendo como base os seguintes princípios:

- a) Aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- b) Reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;
- c) Envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para a melhoria do desempenho institucional.

Em relação a esta experiência de avaliação institucional desenvolvida na UFPI, alguns problemas do ponto de vista estratégico e logístico foram detectados: falta de envolvimento de alguns segmentos da comunidade; predominância de avaliações parciais; descontinuidade da experiência (em função, principalmente, de mudança de gestão); e, dificuldade de implantar uma cultura de avaliação. Entretanto, não se pode negar que a implantação de uma cultura de avaliação educativa supõe um longo aprendizado que passa naturalmente pelos impasses acima mencionados. Uma avaliação verdadeiramente educativa, de acordo com Dias Sobrinho (1999) "está comprometida com os princípios da participação ativa dos agentes educativos e da construção coletiva das instituições e da sociedade" (p.27).

A partir da nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei no 9.394/96) toda instituição de ensino superior deve ser avaliada periodicamente podendo ser, inclusive, descredenciada. Assim, como instrumento central das reformas da Educação Superior, o processo de implantação da Avaliação Institucional na UFPI foi retomado, em 2003 (Ato da Reitoria nº 490/03), antes mesmo da vigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e define em seu Artigo 11, que cada instituição de ensino superior, pública

ou privada, deverá constituir Comissão Própria de Avaliação – CPA assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

Assim, em 2003, a UFPI reinicia o processo avaliativo por acreditar ser este um dos mecanismos fundamentais para a garantia de uma educação com qualidade social, e passou a utilizar os resultados da autoavaliação como instrumento que contribuí para a qualidade da gestão Institucional. Nesse período constitui a Comissão Própria de Avaliação – CPA, não somente para atender aos requisitos do Ministério de Educação, que institui o SINAES, mas também para atender às suas próprias necessidades de aprimoramento. Essa comissão em 2005, sensibiliza a comunidade acadêmica (dos Campi Ministro Petrônio Portella, Ministro Reis Veloso, Helvídio Nunes de Barros) e com a participação das comissões setoriais (de cada centro de ensino e campi) realiza processo avaliativo, fundamentado no documento oriundo da CONAES intitulado “Diretrizes para a Auto-avaliação das Instituições” datado de agosto de 2004. No primeiro trimestre de 2006 foi postado no repositório de documentos do sistema SAPIENS o relatório coadunando as dez dimensões avaliativas oriundas da CONAES. A partir dessa data a UFPI ficou aguardando o agendamento da visita “in loco” conforme Resolução CONAES nº 01, de 11/01/2005.

Em setembro de 2006 uma nova Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi nomeada por meio do Ato da Reitoria nº. 1521 de 06 de setembro de 2006, para dar continuidade ao processo de autoavaliação. Essa comissão elaborou uma minuta de Resolução que após várias discussões foi submetida a aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUN) – Resolução nº. 20/2007, aprovada em 03 de agosto de 2007. De acordo com esta Resolução a CPA tem como finalidade a implementação do processo interno de avaliação da Universidade, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Considerando que em fevereiro de 2006 a CONAES publica um documento com o título “Avaliação Externa das Instituições da Educação Superior: diretrizes e instrumento”, considerando também, que a avaliação externa não havia sido realizada, a CPA realizou então um extenso trabalho no sentido de elaborar um relatório adequado ao novo documento. Nesse período enfrentou os seguintes desafios:

- elaboração de instrumentos objetivos que atendessem as dimensões propostas pelo SINAES;
- Sensibilização da comunidade acadêmica acerca da relevância da avaliação institucional;
- Incentivo ao engajamento democrático dos atores institucionais: o preenchimento do formulário on-line;
- Retorno em tempo hábil dos formulários impressos, encaminhados aos chefes de departamento, coordenadores de cursos de graduação, pós-graduação e dos cursos técnicos, diretores de centros, *campi*, colégios agrícolas, Pró-Reitores, diretor de biblioteca central, técnicos das bibliotecas setoriais;
- Superação de resistências ao processo de avaliação em favor de uma cultura de avaliação cotidiana, centrada no autoconhecimento e na autoavaliação.

Considerando esses desafios e a exiguidades do tempo procedeu-se um grande esforço para elaborar o Relatório em tempo hábil a ser a ser enviado ao INEP. Em 2008, por ocasião da entrega do Relatório de Autoavaliação 2006/2007, a UFPI concluiu uma etapa importante de sua história, ao proceder a um diagnóstico mais completo do que acontece na realidade cotidiana da instituição, o que permitiu algumas conclusões, tais como: análise crítica da atuação da CPA, pontos frágeis diagnosticados, ações de melhorias nas quais a Universidade deve lançar esforços, bem como ações implementadas que merecem destaque.

Em 31 de março de 2010 é aprovada a Resolução CONSUN nº 05/2010 que altera a redação do Art. 6º da Resolução 20/2007, definindo que a composição da CPA deverá ser de natureza multidisciplinar. Em abril de 2010 atendendo a esse dispositivo legal foi constituída a atual CPA por meio do Ato da Reitoria nº 505/2010, de 07 de abril de 2010. Esta comissão elaborou um relatório de autoavaliação que foi postado no sistema e-MEC em 30/03/2011, por meio do qual a CPA apresenta o trabalho realizado, oportunizando à comunidade *ufpiana* um documento privilegiado de autoconhecimento, análise e reflexão na busca da qualidade do projeto institucional, que constitui responsabilidade de toda comunidade acadêmica.

4 A AUTO-AVALIAÇÃO DE 2011 NA UFPI

O processo avaliativo constitui-se em uma oportunidade privilegiada para a comunidade acadêmica refletir sobre suas atividades e possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas.

A metodologia da auto-avaliação da UFPI é estabelecida nos documentos oficiais da Instituição e baseia-se em quatro princípios básicos que norteiam um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional: adesão voluntária, avaliação total e coletiva, unidade de linguagem e competência técnico-metodológica, de forma que propicie a legitimidade aos dados coletados.

A fim de subsidiar o conhecimento acerca do processo autoavaliativo, vem sendo desenvolvido, anualmente, mediante ação conjunta da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional (DIAI) e da CPA, etapas do Programa de Avaliação Institucional, em observância ao PDI (2010-2014), caracterizadas pela realização de palestras, encontros e discussões, nas unidades de ensino de todos os Campi, acerca do processo avaliativo do SINAES, abrangendo aspectos da avaliação da Instituição, dos Cursos e do desempenho dos estudantes no ENADE, com o objetivo de difundir uma cultura avaliativa e sensibilizar a comunidade acadêmica para a autoavaliação.

Visando o cumprimento do Programa, acima referido, tem sido enfatizado, no âmbito da Instituição como um todo, o estudo dos indicadores de qualidade institucionais, como: o Índice Geral de Cursos (IGC), o Conceito Preliminar de cada Curso (CPC), os conceitos obtidos no ENADE pelos diversos cursos, os conceitos obtidos pelos Programas de Pós-Graduação na avaliação trienal da CAPES e o Conceito do Curso, obtido após visita de comissões externas do INEP.

A metodologia adotada na autoavaliação, em observância às orientações da CONAES, procurou atingir todos os segmentos da comunidade interna: professores, alunos de graduação e de pós-graduação, de ensino técnico profissionalizante e técnicos administrativos de forma integrada, caracterizando-se como um processo de apreensão do conhecimento da realidade da instituição. Além disso, buscou um segmento a mais, atualmente não integrante da comunidade interna, o egresso da UFPI.

Concluído o processo de colheita de dados, passou-se à fase de sistematização dos resultados e elaboração deste Relatório de Auto-avaliação, obedecendo-se à recomendações da CONAES e subdividindo o enfoque nas dimensões do SINAES.

O ano de 2011, na UFPI, foi marcado por grandes ocorrências no plano avaliativo, pois além das atividades pertinentes à avaliação interna, a CPA esteve envolvida no acompanhamento de avaliações externas do INEP, em visitas de reconhecimento de 10 (dez) novos cursos, resultantes do processo de expansão e REUNI, conforme detalhamento no Quadro 6, por onde se observa que, entre 10 (dez) curso avaliados, 08 (oito) deles ficaram com conceito “4”, o que enfatiza o compromisso educacional para com o cumprimento de sua missão.

Quadro 6 - Avaliações externas realizadas na UFPI em 2011.

Período	Curso Avaliado (reconhecimento)	Unidade/Campus	Conceito
27/03/2011 a 30/03/2011	Fisioterapia	CMRV - Parnaíba	3
03/04/2011 a 06/04/2011	Enfermagem	CSHNB - Picos	4
24/04/2011 a 27/04/2011	Turismo	CMRV - Parnaíba	4
11/05/2011 a 14/05/2011	Zootecnia	CPCE - Bom Jesus	4
22/05/2011 a 25/05/2011	Nutrição	CSHNB - Picos	4
22/05/2011 a 25/05/2011	Eng ^a Florestal	CPCE - Bom Jesus	4
22/05/2011 a 25/05/2011	Eng ^a Agrônômica	CPCE - Bom Jesus	4
05/06/2011 a 08/06/2011	Educ. Física (Convênio CREF)	CCS - Teresina	4
03/08/2011 a 06/08/2011	Ciências Biológicas	CMRV - Parnaíba	4
26/10/2011 a 29/10/2011	Sist. de Informação	CSHNB - Picos	3

Fonte: DIAI- Relatório de Gestão, 2011.

Ademais a CPA reuniu-se para analisar Planos de Melhorias elaborados pelo Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Engenharia de Agrimensura, Farmácia, Ciências Econômicas e Educação Artística, em atendimento ao que dispõe a Nota Técnica intitulada "Avaliação de Cursos e Instituições no ciclo avaliativo, como referencial para os processos de renovação de reconhecimento e credenciamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES", datada de 09 de fevereiro 2011.

4.1 Instrumentos de colheita de dados

A escolha dos instrumentos utilizados no processo de consulta à comunidade, sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação- CPA e com o apoio da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional e Pró - Reitoria de Ensino de Graduação, foi realizada previamente ao processo específico de consulta à comunidade. Para tal, foram

realizadas reuniões objetivando a análise dos instrumentos utilizados em auto-avaliações anteriores, com conseqüente reelaboração de tais instrumentos de coleta de dados e, a seguir, foi elaborado o calendário final do processo.

Considerando-se o fato da UFPI ter implantado, no ano de 2011, um Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), em substituição ao antigo Núcleo de Processamento de Dados (NPD), cuja implantação de módulos ainda não foi concretizada, não foi possível implantar, de forma *on line*, o instrumento para resposta à questões elaboradas pela CPA para todos os integrantes da comunidade acadêmica. Assim, alunos de graduação presencial, docentes e servidores técnico-administrativos responderam ao questionário implantado diretamente no sítio institucional (www.ufpi.br/avaliacao) e alunos de pós-graduação, alunos de graduação à distância, alunos de ensino técnico profissionalizante, gestores e egressos responderam ao questionário em “doc.”, também disponibilizado no sítio institucional, porém com necessidade de ser impresso ou respondido e encaminhado por e-mail a fim de ser contabilizado.

4.2 Participação da comunidade *ufpiana*

A comunidade acadêmica contabilizada no exercício de 2011 foi da seguinte ordem:

- ❖ 21.192 alunos de graduação, matriculados no ensino presencial
- ❖ 4.005 na modalidade EaD
- ❖ 1.023 (um mil e vinte e três) alunos de pós-graduação *Stricto Sensu*
- ❖ 1.399 docentes efetivos ligados ao magistério superior;
- ❖ 82 docentes efetivos ligados ao ensino técnico profissionalizante
- ❖ 1741 alunos de ensino técnico profissionalizante
- ❖ 1.112 servidores técnico-administrativos
- ❖ 221 gestores

O Quadro 7 apresenta os valores absolutos e relativos referentes à participação da comunidade *ufpiana* no processo auto-avaliativo de 2011.

Quadro 7- Participação da comunidade acadêmica na auto-avaliação 2011, por segmento.

Segmentos participantes	Efetivo	Participação	
		Valores absolutos	Valores relativos arredondados (%)
Alunos de graduação presencial	21.192	5173	24
Alunos de graduação a distancia	4.005	660	16
Alunos de pós-graduação	1.023	209	20
Alunos de ensino técnico	1.741	691	40
Docentes (graduação e ensino profissionalizante)	1.481	530	36
Servidores técnico-administrativos	1.112	244	22
Gestores	221	077	35
Egressos	6.000*	160	3

Nota: * Valor aproximado referente aos últimos 5 anos.

Observando-se os níveis de participação percebe-se que os alunos do ensino profissionalizante foram o segmento de mais efetiva participação, seguido pelos docentes e gestores. Embora os alunos de graduação presencial tenham apresentado percentual superior aos do EaD, estes últimos foram mais participativos, considerando-se o universo amostral das duas categorias. Os egressos tiveram a menor participação, fato atribuído ao menor acesso ao processo de sensibilização. Considerando-se que o portal do egresso ainda não está colocado nos módulos do Núcleo de Processamento de Dados (NTI), em função de sua recente transformação (até meados de 2011 era Núcleo de Processamento de Dados e possuía uma capacidade operacional mais reduzida), os egressos foram receptivos ao chamado enviado através de mala direta de e-mails.

Considerando-se as participações, no processo auto-avaliativo de 2010, de: docentes = 26,3%, alunos de graduação presencial = 23,9%; técnico-administrativos = 15,6%, verifica-se que houve crescimento quanto à participação no processo e também que, em 2011, foram acrescentados outros segmentos da comunidade acadêmica, como: alunos de graduação a distância, alunos de pós-graduação e alunos de ensino técnico-profissionalizante, o que amplia o universo amostral.

Observando-se as dificuldades técnicas encontradas na operacionalização da consulta, uma vez que o novo NTI esta sendo implantado modularmente e, por conta disso, alunos de pós-graduação, alunos de graduação à distância, alunos dos cursos profissionalizante, gestores e egressos responderam ao questionário em “doc.” (fato que dificulta a compilação de respostas), considera-se que a comunidade universitária está

mais receptiva ao processo de auto-avaliação, o que leva a crer que está compreendendo melhor a importância do trabalho da CPA.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir serão detalhados os aspectos analisados pela CPA a partir do processo autoavaliativo realizado em 2011, abordando-se todas as dimensões institucionais.

5.1 Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

A Dimensão 1 do SINAES aborda as metas, os objetivos e os compromissos institucionais expressos em seus documentos oficiais assumidos para com o cumprimento da missão.

Segundo a CONAES devem ser abordadas, a respeito desta dimensão, as finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais; concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades; características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida; articulação entre o PDI e o PPI no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional. (CONAES, 2004, p. 14-15).

Prestes a completar 35 anos de existência, ao elaborar o seu PDI (2005-2009) a UFPI explicitou a sua missão nesse documento, que é:

...“propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos humanos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional” (UFPI/PDI-2005-2009, p.14)

Explicitando a sua missão, a Instituição reafirma a preocupação com uma formação e educação orientadas por uma visão “em longo prazo” e não somente a qualificação técnico-profissional ou adaptação às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Concebe o processo de formação e educação numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e de preparação dos indivíduos para contribuírem com o desenvolvimento social e econômico, através da educação para a cidadania e a formação “ao longo de toda a vida”, a partir da revisão de suas funções ideológicas e práticas com

vistas a criação de um “homem novo” capaz de prover o seu sustento e de gerar os seus próprios recursos (UFPI/PDI-2010-2014).

Os compromissos assumidos para o atual quinquênio, explicitados no PDI-2010-2014, documento postado no sitio eletrônico da instituição, no endereço eletrônico <<http://www.ufpi.br/arquivos/File/PDI.pdf>> estão enquadrados nos cinco princípios norteadores da atuação da UFPI no quinquênio atual, que são:

- “I- compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III- difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV- inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre este, as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;
- V- natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

(UFPI/ PDI-2010-2014, p. 22).

O mesmo documento, em sua pagina 28, apresenta os referenciais orientadores do cumprimento da missão institucional, que são:

- ❖ Respeito à pessoa enquanto indivíduo, cidadão, membro da Instituição e da comunidade externa;
- ❖ Respeito à diversidade de pensamento, assegurando a pluralidade de opiniões;
- ❖ Convivência na diversidade, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças e as divergências;
- ❖ Disseminação de todas as formas de conhecimento pertinentes à Instituição, democratizando continuamente o acesso;
- ❖ Produção e inovação de conhecimentos científicos e tecnológicos que respondam a demandas sociais;
- ❖ Compromisso com a sua missão e os seus objetivos, privilegiando-a em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo.

A articulação do PDI com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) na UFPI é inquestionável, segundo o que está expresso no próprio documento e em seus Relatórios de Gestão. Integrado à estrutura do PDI, em observância ao Artigo 16 do Decreto 5773/2006 (atualizado em 2007), o PPI foi elaborado com o intuito de ser um

instrumento de orientação para a administração e gestão acadêmicas da IES e cada um de seus cursos.

Vale ressaltar que, tanto o PPI quanto o Projeto Pedagógico de cada Curso (PPC), tem como ponto de partida a própria realidade da IES e dos cursos. Consideram a sua história, vocação e a inserção regional, a partir da fundamentação em princípios estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil (art. 206, III): 1) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (art. 206, II); 2) Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas. Neste contexto, os projetos dos cursos da UFPI objetivam contemplar, com toda a clareza, a intencionalidade do curso, refletir sua imagem, criar sua identidade e delimitar o seu espaço de autonomia, refletindo o perfil do profissional desejado, através dos conteúdos curriculares, suas competências e habilidades, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

A consulta à comunidade acadêmica, quanto a esta Dimensão, buscou identificar a percepção do corpo social da UFPI acerca do compromisso institucional para o cumprimento da missão e dos objetivos, com ênfase nas práticas pedagógicas cotidianas.

O relatório de gestão do exercício de 2011 mostrou que o orçamento gasto com as atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFPI como um todo, ultrapassou a 433 milhões de reais, sendo 316 milhões os custos com pessoal, 75 milhões correspondentes a outras despesas correntes e 42 milhões em investimentos. Pelos dados contidos nos dois últimos PDIs verifica-se que o incremento no orçamento anual girava em torno de 20 milhões de reais e, a partir de 2005, passou a crescer, de tal forma que, de 2010 para 2011 atingiu a 100 milhões de reais. Os investimentos institucionais são, conforme explicitam os documentos oficiais, direcionados ao cumprimento da missão e objetivos institucionais e cumprimento do seu planejamento estratégico.

Além da expansão do ensino de graduação e de pós-graduação, a preocupação com a qualidade foi confirmada por alguns indicadores, tais como: conceitos obtidos em avaliações externas - de 10 (dez) cursos avaliados para fins de reconhecimento, 08 (oito) deles ficaram com conceito “4”; aprovação de novos programas de pós-graduação pela CAPES em 2011; elevação do Índice Geral de Cursos (IGC) contínuo (de 181 pra 183); melhoria nos conceitos ENADE dos cursos de graduação integrantes do último ciclo avaliativo, inclusive com cursos novos (oriundos na expansão e REUNI) atingindo o conceito máximo nesse exame; e elevação do índice de sucesso na graduação, em

relação ao ano de 2010. Todos esses aspectos enfatizam o compromisso educacional para com o cumprimento de sua missão.

As respostas da comunidade acadêmica acerca do “conhecimento do PDI da UFPI” estão no Quadro 8.

Quadro 8 – Conhecimento sobre o PDI da UFPI				
Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	16%	49%	29%	6%
Alunos de graduação a distancia	7%	57%	27%	9%
Alunos de pós-graduação	10%	62%	20%	8%
Alunos de ensino técnico	5%	46%	39%	10%
Docentes	46%	17%	37%	1%
Servidores técnico-administrativos	32%	25%	41%	3%
Gestores	53%	13%	30%	4%
Egressos	12%	58%	23%	8%
Total:	17%	47%	30%	6%

Pela observação dos dados do Quadro 8 percebe-se o PDI institucional é conhecido por aproximadamente metade da comunidade acadêmica, incluindo gestores, docentes, servidores técnico-administrativos e alunos, o que demonstra a necessidade de haver uma maior difusão da importância desse importante documento (postado no site institucional e pouco consultado) por uma considerável parcela do corpo social da IES que não o conhece.

No Quadro 9 estão colocados os resultados da consulta “se ha compromisso da IES com sua missão e objetivos expressos nos PDI, privilegiando-os em detrimentos de interesses particulares”.

Quadro 9 – Compromisso com a missão institucional

Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	28%	8%	19%	45%
Alunos de graduação a distancia	24%	7%	10%	59%
Alunos de pós-graduação	20%	5%	17%	58%
Alunos de ensino técnico	24%	9%	9%	58%
Docentes	51%	6%	25%	18%
Servidores técnico-administrativos	39%	7%	25%	29%
Gestores	59%	1%	17%	23%
Egressos	26%	4%	15%	55%
Total:	29%	7%	18%	45%

Assim, a CPA reafirma a necessidade de se aprofundar o processo de estudos e divulgação sobre os documentos oficiais, a missão e os objetivos institucionais.

5.2 Dimensão 2 – As políticas para o ensino pesquisa e extensão

Esta dimensão de avaliação deve focar os mecanismos institucionais direcionados à permanente melhoria das atividades de ensino, em nível de graduação e de pós-graduação, de pesquisa e extensão, quanto à forma de operacionalização e os mecanismos institucionais para estabelecer uma integração entre essas atividades.

Dentre os compromissos institucionais assumidos pela UFPI para os dois quinquênios (2005-2009 e 2010-2014) estão: a ampliação do número de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, com observância na qualidade. Ao aderir aos atuais programas do governo federal a UFPI comprometeu-se também com a ampliação de cursos noturnos, com a formação de professores da educação básica e com a educação do campo. Comprometida com a democratização do acesso à educação superior, tem viabilizado a implementação de novas tecnologias que possibilitem a educação superior a ultrapassagem dos limites geográficos dos “muros da Universidade” e chegar aos mais longínquos municípios piauienses.

Em termos de ensino de graduação, a UFPI ministra cursos que conferem os graus de bacharel e licenciado, presencialmente e a distância (Quadro 1), sob a responsabilidade da Pro-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e, sob a responsabilidade da Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG), ministra cursos no âmbito de Programas de Pós-Graduação (PPG), *stricto sensu*, em nível de

mestrado e doutorado, recomendados pela CAPES (Quadro 2), e pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades de Especialização, Residência Médica e Residência Médico-Veterinária.

Observando-se os dados constantes nos Quadro 1 verifica-se que os compromissos institucionais voltados para o ensino de graduação e a operacionalização das políticas de viabilização de tais ações, tem sido efetivamente praticados no cotidiano institucional. Analisando-se o Quadro 2 constata-se que houve, em 2011, a implantação de 07 (sete) novos programas de pós-graduação, em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional. Houve também um incremento acentuado no número de grupos de pesquisa certificados institucionalmente e pelo CNPq, do número de publicações em periódicos indexados no *Qualis* da CAPES, e na deposição de propriedades intelectuais (patentes) junto ao Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NINTEC) da UFPI com registros junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI).

A análise dos dados do Relatório de Gestão da UFPI-2011, utilizado aqui para confrontar a opinião da comunidade com o que a IES comprovou (junto ao público local e órgãos de controle interno e externo) realizar, demonstra que há efetivo compromisso institucional com a missão, os objetivos e as metas explicitados no PDI.

O Relatório de Gestão-2011 da PREG deu um forte enfoque ao trabalho de organização efetiva dos Núcleos Docentes Estruturantes, a partir da exigência da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (Resolução CNE nº 01, de 17.06.2010) como um segmento da estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação com atribuições consultivas, propositivas e de acompanhamento de desenvolvimento do PPC. Com a colaboração dos NEDEs foi efetivada a reformulação de vários PPCs, de forma que fosse bem trabalhada a concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem), a articulação com as diretrizes curriculares e a inovação da área; as práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento; pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais; práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, a acessibilidade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

Ademais tem sido trabalhado cotidianamente, de acordo com o Relatório de Gestão-2011 da PRPPG, a relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como ponto de observação as publicações científicas, técnicas e artísticas, as patentes, a elaboração de teses, realização de eventos científicos e efetivação de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, além da composição de grupos de pesquisa centrados na realidade social e, de modo mais direcionado, a política de difusão das produções e a contribuição para o desenvolvimento regional. De acordo com esse mesmo documento têm sido trabalhadas, com afinco, as práticas institucionais voltadas para a formação de pesquisadores (com foco na iniciação científica) e articulação existente entre pesquisadores ligados aos distintos graus de ensino e da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.

O PDI da UFPI-(2010 – 2014) demarca a extensão como contexto de articulação entre a universidade e a sociedade por meio de diversas ações. Significa estender a universidade para além de seus muros, interagindo com a comunidade, nas trocas de saberes, a fim de possibilitar a construção de uma universidade pública de qualidade. A tarefa da extensão implica em um processo educativo, cultural e científico, articulando o ensino e a pesquisa de forma indissociável na perspectiva de uma relação transformadora entre a Universidade e o contexto social, cumprindo o que estabelece o artigo 207 da Constituição Brasileira ao estabelecer o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, delineadas como três funções básicas da Universidade, merecendo igualdade de tratamento por parte da IES.

Segundo o Relatório de Gestão-2011 da Pro-Reitoria de Extensão (PREX) tem sido dada atenção especial à concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI, a articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social e tem sido ampliada, de forma efetiva a participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social, fato que tem se traduzido em impacto positivo para a formação profissional e pessoal.

A articulação entre graduação e pós-graduação é amplamente considerada no fazer diário da IES, que busca a instituição de inovações teóricas e metodológicas originais e criativas, com vistas ao fortalecimento dessa articulação, envolvendo novos programas com os já existentes, integrando as ações de pesquisadores oriundos de outras IES (PRODOCs e PROCADs), lançando mão de programas de bolsas (PIBIC,

PIBIT, ICV, PET, PET-CONEXÕES, permanência e outros) como fatores que consolidam a interação entre os diferentes níveis de ensino da instituição.

Neste ano de 2011 a CPA consultou a comunidade acadêmica acerca da: articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão praticadas com as expressas nos documentos oficiais; a articulação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos dos cursos de graduação, realização de atividades de iniciação científica e científico-culturais (congressos, seminários, encontros), atividades de extensão, esportivas, artístico-culturais (corais, bandas, grupos de teatro); operacionalização de ações relacionadas à pesquisa e pós-graduação, envolvendo encontros de pesquisadores, palestras sobre inovação tecnológica, uso de portal de periódicos e similares.

As respostas estão demonstradas nos Quadros enumerados de 10 a 16. Quanto ao fato de haver articulação entre as atividade de ensino, pesquisa e extensão, os alunos do EaD e os do ensino técnico profissionalizantes opinaram que essa articulação é menor que 50%, ficando essas duas categorias de respondentes com os maiores percentuais de “não sei opinar”, o que corrobora com a necessidade de estudos e divulgação dos documentos oficiais e atividades efetivas da universidade para melhor esclarecer a seu público interno acerca de suas atividades.

Quadro 10 – Articulação entre ensino-pesquisa-extensão				
Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	54%	6%	22%	18%
Alunos de graduação a distancia	40%	6%	17%	36%
Alunos de pós-graduação	50%	1%	27%	22%
Alunos de ensino técnico	37%	7%	9%	47%
Docentes	52%	9%	33%	6%
Servidores técnico-administrativos	56%	6%	21%	17%
Gestores	68%	3%	26%	3%
Egressos	54%	4%	23%	19%
Total:	51%	6%	21%	21%

Quanto à articulação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos dos cursos de graduação (Quadro 11), as respostas de gestores, alunos de graduação presencial e de pós-graduação ficaram em patamares superiores a 50%. Alunos de

ensino técnico não souberam opinar, em sua maioria e menos que 50% dos docentes consideram haver tal articulação. Portanto, estas questões precisam ser mais bem estudadas pela PREG de forma a analisar a efetiva operacionalização nos currículos da graduação.

Quadro 11 – Articulação entre teoria e prática curricular

Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	54%	8%	27%	11%
Alunos de graduação a distancia	47%	8%	28%	17%
Alunos de pós-graduação	53%	3%	30%	13%
Alunos de ensino técnico	32%	4%	9%	55%
Docentes	48%	6%	42%	5%
Servidores técnico-administrativos	52%	3%	29%	17%
Gestores	62%	0%	24%	14%
Egressos	46%	6%	43%	6%
Total:	51%	7%	27%	14%

A respeito da realização de atividade de iniciação científica e científico-culturais (Quadro 12), somente os gestores e os alunos de pós-graduação consideraram, em percentual superior a 50%, que ocorreram com muita frequência. Egressos e alunos de graduação (presencial e EaD) opinaram que essas atividades foram realizadas com baixa frequência. A maior parte dos alunos do ensino profissionalizante ficou entre os que responderam que a frequência de ocorrência desses importantes eventos foi baixa, em 2011, e uma parcela considerável (27%) afirmaram não saber opinar.

Quadro 12 – Realização de atividades de iniciação científica e científico-culturais

Categoria	MUITA FREQUÊNCIA	BAIXA FREQUÊNCIA	NUNCA OCORREU	NÃO SEI OPINAR
Alunos de graduação presencial	38%	52%	2%	9%
Alunos de graduação a distancia	18%	58%	17%	7%
Alunos de pós-graduação	52%	36%	1%	10%
Alunos de ensino técnico	19%	47%	7%	27%
Docentes	47%	50%	1%	3%
Servidores técnico-administrativos	43%	44%	1%	12%
Gestores	53%	44%	1%	1%
Egressos	33%	51%	5%	10%
Total:	36%	51%	4%	10%

Observando-se as respostas de todas as categorias de integrantes da comunidade universitária sobre a realização de atividades de extensão (Quadro 13), verifica-se que consideraram como “baixa” a frequência de ocorrência de tais eventos. Estes aspectos precisam ser mais bem trabalhados pelos dirigentes da PREX.

Quadro 13 – Realização de atividade de extensão

Categoria	MUITA FREQUÊNCIA	BAIXA FREQUÊNCIA	NUNCA OCORREU	NÃO SEI OPINAR
Alunos de graduação presencial	32%	48%	3%	17%
Alunos de graduação a distancia	17%	45%	26%	12%
Alunos de pós-graduação	47%	40%	1%	13%
Alunos de ensino técnico	18%	31%	7%	44%
Docentes	41%	51%	1%	8%
Servidores técnico-administrativos	43%	40%	1%	16%
Gestores	45%	45%	1%	8%
Egressos	25%	55%	10%	10%
Total:	31%	46%	5%	18%

As opiniões sobre a realização de atividades esportivas dos distintos respondentes (Quadro 14) convergiram para uma baixa ocorrência de eventos dessa natureza, o que precisa ser observado pelos setores competentes, considerando-se a importância do esporte para a vida e formação do cidadão.

Quadro 14 – Realização de atividades esportivas

Categoria	MUITA FREQUÊNCIA	BAIXA FREQUÊNCIA	NUNCA OCORREU	NÃO SEI OPINAR
Alunos de graduação presencial	15%	50%	14%	21%
Alunos de graduação a distancia	3%	13%	68%	16%
Alunos de pós-graduação	11%	43%	15%	31%
Alunos de ensino técnico	37%	41%	5%	17%
Docentes	6%	49%	11%	34%
Servidores técnico-administrativos	11%	49%	12%	29%
Gestores	14%	53%	12%	22%
Egressos	9%	50%	19%	21%
Total:	15%	46%	17%	22%

Situação semelhante ao verificado com os eventos esportivos, as atividades artísticas também foram consideradas “pouco frequentes” no ano de 2011 (Quadro 15). À exceção dos docentes que, em um percentual levemente acima de 50%, afirmaram que ocorreram com muita frequência, a grande maioria dos respondentes considerou a frequência de ocorrência como baixa. Isso também deve ser objeto de análise pelos atores e gestores ligados às artes e a cultura em geral.

Quadro 15– Realização de atividades artísticas

Categoria	MUITA FREQUÊNCIA	BAIXA FREQUÊNCIA	NUNCA OCORREU	NÃO SEI OPINAR
Alunos de graduação presencial	17%	45%	19%	19%
Alunos de graduação a distancia	4%	21%	64%	11%
Alunos de pós-graduação	17%	48%	11%	23%
Alunos de ensino técnico	10%	43%	21%	26%
Docentes	19%	52%	12%	17%
Servidores técnico-administrativos	27%	47%	8%	18%
Gestores	26%	49%	12%	14%
Egressos	12%	47%	22%	18%
Total:	16%	44%	22%	19%

Quanto aos eventos ligados à pós-graduação, as respostas de todos os segmentos integrantes da comunidade ufiana opinaram que a frequência de ocorrência (Quadro 16) foi baixa, ou seja: com exceção dos gestores que, em um percentual de 41%, afirmaram que “as atividades de pós-graduação ocorreram com muita frequência”, todas as outras categorias manifestaram tendência pela “baixa frequência”, ressaltando-se que os alunos de ensino técnico (51%) declararam “não saber opinar” sobre o assunto.

Quadro 16– Realização de atividades de pós-graduação				
Categoria	MUITA FREQUÊNCIA	BAIXA FREQUÊNCIA	NUNCA OCORREU	NÃO SEI OPINAR
Alunos de graduação presencial	22%	41%	8%	29%
Alunos de graduação a distancia	7%	32%	38%	23%
Alunos de pós-graduação	36%	54%	3%	7%
Alunos de ensino técnico	11%	27%	12%	51%
Docentes	37%	49%	5%	8%
Servidores técnico-administrativos	37%	40%	5%	18%
Gestores	41%	45%	4%	10%
Egressos	17%	51%	14%	18%
Total:	22%	40%	10%	27%

Consolidando-se as respostas relativas à Dimensão 2 percebe-se que, a despeito do inegável crescimento do ensino (em quantidade de matrículas, cursos e programas), da pesquisa (número de bolsas, grupos de pesquisa, patentes, etc) e extensão (bolsas e projetos de interesse social com uma grande margem de público envolvido), a comunidade considera a necessidade de melhor adequação entre teoria e prática na operacionalização do currículos de graduação e a necessidade de que sejam viabilizados com mais frequência e/ou que sejam melhor divulgados os eventos envolvendo a iniciação científica, atividades científico-culturais, esportivas, artísticas e de pós-graduação.

5.3 Dimensão 3 – A responsabilidade social da IES

Esta dimensão enfatiza, de modo especial, a responsabilidade da IES para com a inclusão social, sobretudo as ações realizadas no sentido de incluir e prestar assistência

a setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub-representados no interior de cada segmento da comunidade universitária. Também deve ser ressaltada aqui a avaliação da relação da instituição com a sociedade, por meio de transferência de conhecimento, e o impacto das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional.

Segundo o PDI (2010-2014) a UFPI tem um compromisso social ancorado em valores: “liberdade, cidadania, comprometimento social, justiça, democracia, educação e respeito, identidade, criatividade, responsabilidade, pluralidade de idéias, integração, e consciência ética”, desde sua fundação. Preocupa-se com o planejamento de ações que promovam a inclusão social da comunidade e que contribuam para a construção da sua cidadania, visando o desenvolvimento pessoal, cultural, profissional e social.

O citado documento afirma que as ações de responsabilidade social da UFPI são executadas no contexto do seu “fazer institucional”, no bojo da indissociabilidade entre ensino- pesquisa-extensão. Por ser a única instituição federal de educação superior do Estado do Piauí com a condição de “universidade”, a UFPI representa o Ministério da Educação, executando o papel de orientadora de ações acadêmicas e registrando os diplomas emitidos por todas as demais IES componentes do sistema federal de ensino superior (UFPI/ PDI-2010-2014, p. 144).

Segundo os Relatórios de Gestão 2010 e 2011, a UFPI explicita a sua responsabilidade social ao perceber o ser humano além da sua individualidade, como um integrante da sociedade e, sobretudo, ao cumprir os seus deveres e obrigações para com esta sociedade.

Em função do compromisso no atendimento a demandas mais amplas da sociedade, principalmente no que diz respeito à necessidade de promover a inclusão de jovens e adultos que habitam em municípios que não têm acesso ao ensino superior presencial, a UFPI instituiu mecanismos de cooperação com a CAPES, o Governo Estadual e outros órgãos afins, para oferecer ensino a distância (EaD) a um contingente de indivíduos que não têm acesso aos cursos presenciais da Universidade. Atualmente, dez cursos são ministrados a distancia, nos graus de licenciatura e bacharelado, além de pós-graduação, em nível de especialização. As políticas voltadas para o EaD são efetivadas através do Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD), também conhecido por UAPI, o qual utiliza as novas tecnologias de informação, para operacionalizar o ensino de graduação, contando com o apoio da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em consonância com o que é adotado em várias IES brasileiras, é

adotada na UFPI uma metodologia de estudo que combina material impresso, áudios, vídeos, multimídia, *internet*, videoconferências e fóruns, em consonância com o que está estabelecido no seu PDI (2010-2014).

Através de ações desenvolvidas sob a responsabilidade da PREX têm sido efetivados focos de atuação universitária de relevância social e inclusiva, envolvendo: difusão de tecnologias sociais, direitos humanos, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, geração de trabalho e renda, qualidade de vida, atenção à terceira idade e às pessoas com necessidades especiais, juventude, formação continuada e outras ações importantes para o cumprimento da responsabilidade social.

Segundo o Relatório de Gestão-2011 da UFPI, em todo o contexto das políticas de ensino, vem sendo trabalhada a visão inclusiva da educação, tomando como referência a ótica sociológica, reconhecendo que cada indivíduo é diferente e transformando a realidade em prol das necessidades individuais de todos, sejam ou não portadores de necessidades especiais.

A fim de executar as ações planejadas a Universidade mantém relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas, por meio de mecanismos institucionais de interação com o mundo do trabalho e a prática social. Através da Coordenadoria de Comunicação Social, da Assessoria Internacional, do Núcleo de Tecnologia da Informação, Comissão Permanente de Seleção, das Coordenadorias de Formação Continuada, Programas e Projetos de Extensão, de Cursos e Estágios não Obrigatórios, de Ação Comunitária e Cultural, bem como coordenadoria Geral de Pós-Graduação, de Informação em Ciência e Tecnologia, de Pesquisa, dentre outras, a UFPI mantém um canal institucional de interrelação com organismos internacionais, nacionais e locais e com a comunidade em geral, merecendo destaque a prestação de serviços ligados a concursos públicos, divulgação de atividades ligadas à ciência e tecnologia, de programações artísticas, culturais muitas outras.

Existem parcerias por meio de convênios e acordos de cooperação técnica, com Instituições Públicas e Privadas, e, especialmente, com Prefeituras Municipais, na implementação de ações que envolvam iniciativas de formação de educadores e agentes públicos, além de eventos de valorização da educação patrimonial e memória cultural.

Referente à responsabilidade da instituição com o contexto ambiental e preservação da memória cultural, a UFPI tem trabalhado no intuito de contribuir com a defesa do meio ambiente e cultura local e regional. Integra a rede PRODEMA, ou seja,

participa do “Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente” e, em parceria com outros parceiros da rede mantém o “Núcleo de Pesquisas do Trópico Ecotonal do Nordeste – TROPEN”, o qual sedia o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, no âmbito do qual são ministrados cursos em níveis de mestrado e doutorado e realizadas atividades nas áreas de desenvolvimento sustentável e preservação ambiental. Também mantém parceria com instituições envolvidas com a defesa do meio ambiente (Fundação Zoobotânico, IBAMA e outras), que servem de campo de estágio supervisionado para graduandos de áreas afins (Medicina Veterinária, Zootecnia, Agronomia, Engenharia de Pesca e Engenharia Florestal) e onde são realizadas pesquisas de preservação da fauna e flora.

Segundo os últimos Relatórios de Gestão, em consonância com o estabelecido no PDI, a Universidade mantém diversas atividades em execução visando a preservação do patrimônio Cultural, através das ações desenvolvidas no âmbito: do curso de graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, implantado em 2009, considerando a importância do estudo e da preservação dos sítios arqueológicos do Estado, que é considerado berço da civilização pré-colombiana (sobretudo o Parque Nacional da Serra da Capivara, Parque Nacional da Serra das Confusões e o Parque Nacional de Sete Cidades); do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (Mestrado), implantado em 2008 e que desenvolve pesquisas nas linhas de “memória e territorialidades”, “marcadores identitários na contemporaneidade” e “cultura material e conservação de sítios arqueológicos”; de Pós-Graduação em Educação – em nível de Mestrado e Doutorado; de Pós-Graduação em Letras (Mestrado); de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado); do Coral da Universidade e vários grupos de Dança e Arte, orientados pela Coordenadoria de Assuntos Culturais e Comunitários da PREX.

Aliada à adesão da UFPI ao Programa REUNI, o que permitiu o aumento acentuado do número de ingressos na educação superior, tem sido efetivadas ações afirmativas integradas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em consonância com a política de inclusão social adotada pelo MEC a partir de 2008, visando propiciar condições para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica. Para a consecução deste objetivo associa, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico, entre outras condições.

A CPA da UFPI inquiriu a sua comunidade acadêmica quanto a apoio aos discentes menos favorecidos socialmente (ações afirmativas) e outras ações de interesse social, condições de acessibilidade (rampas, banheiros adaptados, telefones e bebedouros em altura compatível) e estacionamento demarcados para portadores de necessidades especiais; divulgação do conhecimento para setores da comunidade através de cursos, palestras, seminários e eventos científicos, e a contribuição da IES com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí.

As respostas a essas questões estão demonstradas nos Quadros enumerados de 17 a 20. Indagada sobre o fato da UFPI oferecer bolsas de apoio aos discentes menos favorecidos socialmente, toda a comunidade universitária, com exceção dos alunos de graduação EaD, responderam afirmativamente (Quadro 17). Essa última categoria demonstrou não saber opinar sobre isso, o que demonstra a necessidade de serem divulgadas essas ações no âmbito dos pólos de apoio presencial, durante encontros de alunos do EaD.

Quadro 17– Disponibilização de bolsas de apoio aos discentes

Categoria	SIM	NÃO	Não sei opinar
Alunos de graduação presencial	90%	3%	7%
Alunos de graduação a distancia	32%	18%	50%
Alunos de pós-graduação	86%	3%	10%
Alunos de ensino técnico	73%	13%	14%
Docentes	92%	1%	7%
Servidores técnico-administrativos	92%	0%	7%
Gestores	92%	1%	7%
Egressos	73%	5%	23%
Total:	83%	5%	12%

Indagada se a UFPI possui condições satisfatórias de acessibilidade a resposta foi “sim” para a grande maioria de respondentes de todas as categorias (Quadro 18). O maior percentual de “não sei opinar” ficou entre os alunos do EaD, possivelmente pela sua distância geográfica com a sede dos Campi.

Quadro 18 – Existência de condições satisfatórias de acessibilidade			
Categoria	SIM	NÃO	Não sei opinar
Alunos de graduação presencial	75%	22%	4%
Alunos de graduação a distancia	60%	26%	13%
Alunos de pós-graduação	78%	17%	5%
Alunos de ensino técnico	63%	27%	10%
Docentes	68%	28%	4%
Servidores técnico-administrativos	77%	19%	4%
Gestores	78%	21%	1%
Egressos	65%	26%	9%
Total:	72%	23%	5%

Sobre a divulgação do conhecimento produzido na academia, por meio de cursos, palestras, seminários e publicações científicas, a categoria dos docentes, gestores, servidores, pós-graduandos e egressos responderam “sim” em níveis acima de 50%, sendo o percentual de “sim” mais expressivo entre os docentes (Quadro 19). Os alunos do ensino técnico e os do EaD foram as categorias que manifestaram os maiores percentuais de “não sei opinar”

Quadro 19 – Divulgação do conhecimento				
Categoria	SIM	NÃO	PARCIALMENTE	NÃO SEI OPINAR
Alunos de graduação presencial	48%	9%	36%	8%
Alunos de graduação a distancia	41%	15%	28%	17%
Alunos de pós-graduação	52%	3%	35%	10%
Alunos de ensino técnico	46%	10%	27%	18%
Docentes	76%	10%	2%	11%
Servidores técnico-administrativos	52%	7%	33%	9%
Gestores	54%	5%	38%	3%
Egressos	51%	3%	38%	8%
Total:	49%	9%	32%	10%

A maior parte dos respondentes considera que a UFPI contribui para o desenvolvimento econômico e social do Estado, conforme Quadro 20.

Quadro 20– Contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Estado

Categoria	SIM	NÃO	PARCIALMENTE	NÃO SEI OPINAR
Alunos de graduação presencial	72%	2%	19%	6%
Alunos de graduação a distancia	75%	2%	13%	10%
Alunos de pós-graduação	81%	0%	15%	4%
Alunos de ensino técnico	66%	3%	15%	17%
Docentes	80%	1%	17%	2%
Servidores técnico-administrativos	83%	2%	11%	4%
Gestores	85%	0%	11%	4%
Egressos	69%	1%	24%	6%
Total:	73%	2%	18%	7%

Portanto, quanto à responsabilidade social, a comunidade acadêmica considera que, de uma maneira geral, a UFPI cumpre a sua obrigação social, porém há necessidade de uma maior divulgação dessas ações no âmbito do ensino profissionalizante e de graduandos do EaD.

5.4 Dimensão 4 – A comunicação com a sociedade

Na Dimensão 4 são abordados aspectos relativos à comunicação com a sociedade, envolvendo a interação interna e externa e a ouvidoria.

Considerando-se ser a atuação universitária um conjunto de tarefas de responsabilidade coletiva, a comunicação institucional objetiva fomentar, interna e externamente, o conhecimento público sobre a Instituição, seus projetos, políticas e realizações, bem como, contribuir para o desenvolvimento de uma imagem institucional consistente e garantir o acesso do público às informações sobre as atribuições que exerce, de forma a possibilitar a crítica e o controle social sobre as ações realizadas.

Segundo o PDI-(2010-2014) as estratégias de comunicação adotadas na UFPI são voltadas para dois contextos: intramuros, oferecendo aos docentes e servidores técnico-administrativos da Instituição, as informações adequadas para que possam atuar, a contento, em suas atividades pertinentes, bem como, oportunidades de aperfeiçoamento e atualização profissional em diferentes áreas; e extramuros, através da

produção de visibilidade pública de suas realizações e acesso ao conhecimento sobre os serviços produzidos.

Esta parte é realizada, segundo os documentos institucionais, por meio de veículos de massa de amplo espectro, exemplificados por: Rádio FM Universitária, que opera através de ondas na Frequência Modulada 96,7 MHz; - Jornal da UFPI, informativo produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social (COORDECOM) disponibilizando à sociedade informações sobre as atividades periodicamente realizadas; Revista UFPI, também editada sob a responsabilidade da COORDECOM, sendo um informativo de caráter mais abrangente, com periodicidade regular; Revista Diversa – editada pelo CMRV; e- sítio na *Internet*, através do qual são concentradas informações institucionais todas as estruturas organizativas da instituição.

O sítio eletrônico da UFPI é um mecanismo de comunicação bastante utilizado e visualizado por toda a comunidade. Recentemente ele foi reestruturado, para resolver uma série de questões apontadas em um levantamento feito junto à comunidade universitária, na intenção de aperfeiçoar seu uso e aumentar sua efetividade. No sítio www.ufpi.br, que é um dos mais acessados do Estado, existem os portais: a UFPI: Reitoria, Vice-Reitoria, Pro-Reitorias, Órgãos suplementares, Campi, Unidades acadêmicas, Inovação tecnológica; acesso on line: Aluno e Professor; serviços: Biblioteca, Calendário, Estatísticas, GRU, Guia Telefônico, Protocolo, Recursos Humanos, CPPD, Restaurante universitário, Webmail, Guia Acadêmico, Editora da UFPI; Transparência: Atos, SPDs, Concursos, Editais, Licitações, Auditoria, Estatutos, Regimentos e Resoluções; e Mídias: Áudios, Banco de Imagens, Blogs, Logomarcas, Publicações e Vídeos, além de notícias diárias (ww.ufpi.br).

A UFPI possui uma Assessoria Internacional (ASSINTER), que é unidade encarregada da comunicação internacional da universidade, principalmente do estabelecimento de parcerias com outras instituições de interesse acadêmico no Brasil e no mundo, desenvolvendo a cooperação acadêmica, técnica, científica e cultural entre elas. Ademais a Universidade mantém relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas, por meio de mecanismos institucionais de interação com o mundo do trabalho e a prática social (UFPI/PDI-2010-1014).

Através de suas coordenadorias e diretorias mantém um canal institucional de interrelação com organismos internacionais, nacionais e locais e com a comunidade em geral e por meio de convênios e acordos de cooperação técnica com instituições

públicas e privadas realiza atividades de formação de educadores e outros agentes socialmente importantes para o crescimento regional.

O processo de autoavaliação da CPA-2011 investigou a comunidade sobre os mecanismos de comunicação interna e externa da UFPI, as estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa, bem como sobre a imagem pública da instituição nos meios de comunicação locais e regionais.

As respostas a esses questionamentos estão apresentadas nos Quadros 21 a 26.

Sobre a eficácia dos mecanismos de comunicação interna e externa adotados na UFPI, a maioria dos respondentes de todas as categorias considera que são parcialmente eficazes (Quadro 21), uma vez que estão nesta alternativa os maiores percentuais. Mesmo assim, os resultados percentuais permitem por em dúvida “a eficácia dos mecanismos de comunicação” da UFPI, o que merece um olhar apurado dos atores institucionais ligados à área de divulgação/comunicação em geral.

Quadro 21 – Eficácia dos meios de comunicação interna e externa.

Categoria	SIM	NÃO	PARCIALMENTE	NÃO SEI OPINAR
Alunos de graduação presencial	33%	17%	46%	4%
Alunos de graduação a distancia	38%	8%	46%	8%
Alunos de pós-graduação	41%	9%	46%	4%
Alunos de ensino técnico	44%	13%	30%	13%
Docentes	34%	14%	50%	2%
Servidores técnico-administrativos	40%	11%	46%	4%
Gestores	43%	7%	49%	1%
Egressos	34%	14%	49%	3%
Total:	34%	14%	49%	3%

Pela análise das informações contidas no Quadro 22, a comunidade acadêmica está dividida entre o “sim”, que representa a existência real desses mecanismos de comunicação nas unidades acadêmicas e o “parcialmente” que se traduz pela existência, em parte. Os gestores, servidores técnico-administrativos, docentes, alunos de graduação presencial e pós-graduandos mostraram-se mais tendentes ao “parcialmente”. Os alunos do ensino técnico, egressos e de EaD foram os que manifestaram os maiores percentuais de “não sei opinar”. Tal como visto no indicador anterior constata-se que a

comunidade acadêmica, como um todo, põe em dúvida a eficácia dos mecanismos de comunicação na UFPI.

Quadro 22 – Existência de mecanismos de comunicação nas Unidades Acadêmicas

Categoria	SIM	NÃO	PARCIALMENTE	NÃO SEI OPINAR
Alunos de graduação presencial	36%	15%	36%	13%
Alunos de graduação a distancia	46%	9%	31%	14%
Alunos de pós-graduação	36%	13%	39%	12%
Alunos de ensino técnico	31%	16%	25%	28%
Docentes	29%	19%	46%	5%
Servidores técnico-administrativos	39%	12%	42%	7%
Gestores	36%	12%	45%	7%
Egressos	28%	15%	41%	16%
Total:	36%	15%	36%	14%

A existência de informação dirigida ao público interno e externo (site, informativos, mala direta de e-mail, revistas, twitter, etc) foi confirmada pela maioria dos integrantes das categorias de respondentes (Quadro 23), visto que os maiores percentuais de respondentes estão na resposta “sim”. Os docentes representam a categoria que mais optou pelo “parcialmente” e os alunos do ensino técnico ficaram com o maior percentual de “não sei opinar”.

Quadro 23 - Existência de informação dirigida ao público interno e externo

Categoria	SIM	NÃO	PARCIALMENTE	NÃO SEI OPINAR
Alunos de graduação presencial	55%	10%	29%	5%
Alunos de graduação a distancia	62%	9%	20%	9%
Alunos de pós-graduação	67%	3%	26%	3%
Alunos de ensino técnico	61%	9%	14%	16%
Docentes	59%	5%	34%	2%
Servidores técnico-administrativos	60%	5%	31%	4%
Gestores	66%	5%	26%	3%
Egressos	59%	5%	28%	9%
Total:	57%	9%	28%	6%

Sobre a ouvidoria, um percentual médio de 87% da comunidade nunca a utilizou, o que representa um aspecto preocupante quanto à funcionalidade desse importante mecanismo de interação entre a comunidade e a UFPI.

Quadro 24 – Utilização da Ouvidoria da UFPI

Categoria	SIM E TIVE RESPOSTA	SIM E NÃO TIVE RESPOSTA	TENTEI E NÃO CONS.	NUNCA UTILIZEI
Alunos de graduação presencial	5%	3%	6%	86%
Alunos de graduação a distancia	7%	4%	5%	84%
Alunos de pós-graduação	4%	2%	3%	91%
Alunos de ensino técnico	2%	2%	3%	92%
Docentes	4%	2%	2%	93%
Servidores técnico-administrativos	8%	2%	3%	87%
Gestores	6%	1%	1%	92%
Egressos	4%	3%	5%	88%
Total:	5%	3%	5%	87%

Sobre a imagem pública da UFPI, a maioria dos respondentes de todas as categorias considerou “boa”. Os docentes foram a categoria que mais assinalou “parcialmente boa” (Quadro 25).

Quadro 25 – Imagem pública da UFPI

Categoria	BOA	RUIM	PARCIALMENTE BOA	Não sei opinar
Alunos de graduação presencial	79%	3%	17%	1%
Alunos de graduação a distancia	87%	2%	9%	2%
Alunos de pós-graduação	83%	3%	14%	0%
Alunos de ensino técnico	77%	4%	14%	5%
Docentes	72%	6%	20%	1%
Servidores técnico-administrativos	75%	2%	21%	2%
Gestores	75%	8%	15%	1%
Egressos	80%	2%	17%	1%
Total:	79%	3%	16%	1%

Acerca do nível de satisfação com o atendimento nos setores da UFPI, apesar dos maiores percentuais estarem enquadrados em “sim”, há um contingente significativo de participantes que assinalaram “parcialmente” (Quadro 26).

Quadro 26 - Satisfação quanto ao atendimento nos setores da UFPI				
Categoria	SIM	NÃO	PARCIALMENTE	Não sei opinar
Alunos de graduação presencial	46%	11%	39%	3%
Alunos de graduação a distancia	54%	3%	34%	8%
Alunos de pós-graduação	46%	7%	46%	2%
Alunos de ensino técnico	45%	7%	29%	18%
Docentes	41%	8%	48%	2%
Servidores técnico-administrativos	55%	6%	38%	2%
Gestores	42%	9%	46%	3%
Egressos	41%	10%	47%	2%
Total:	47%	10%	39%	5%

Portanto, na opinião dos membros da comunidade ufpiana os mecanismos de comunicação interno e externo crescem de melhorias, sobretudo precisa haver funcionalidade da ouvidoria.

5.5 Dimensão 5 – As políticas de pessoal (corpo docente e técnico-administrativo)

Esta dimensão avalia a coerência das políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais da Instituição, sobretudo o PDI.

A CONAES orienta a necessidade de haver Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão; programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos (CONAES, 2004).

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) da Pró-Reitoria de Administração é o órgão executivo central, integrante da Administração Superior, responsável pelo gerenciamento dos recursos humanos da Universidade. De acordo com o PDI (UFPI, 2010-2014, p.105 e 173) sua missão é: {...} possibilitar aos servidores técnico-administrativos e docentes, a potencialização como agentes de transformação social, por

meio da implementação de políticas de desenvolvimento humano e social almejando a melhoria do nível de qualidade de vida no trabalho; {...} se incumbe de promover articulação com os setores que atuam em áreas afins, buscando a interdisciplinaridade na promoção do melhor nível da qualidade de vida no trabalho; articular ações continuadas com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA), com vistas a melhoria da política de pessoal na UFPI e apoiar e defender, nas esferas competentes, a implantação dos estudos propostos sobre o Plano de Carreira dos servidores docentes e técnico-administrativos das universidades públicas federais brasileiras.

Cabe à PRPPG instituir mecanismos para a ampliação da qualificação dos docentes e técnicos administrativos da UFPI. No ano de 2011, várias estratégias foram adotadas; dentre elas destaca-se a implantação de Programas especiais gerenciados pela CAPES. O desenvolvimento de projetos MINTER e DINTER (mestrado e doutorado interinstitucional) tem sido uma dessas estratégias, sobretudo nas áreas Educação, Educação Física, Ciência da computação, Agronomia, Enfermagem e Ciências Médicas. Em 2011 houve continuidade das ações do Programa de Qualificação Interna (PQI) que objetiva capacitar docentes e técnicos nos PPGs da própria IES (PRPPG- Relatório, 2011).

No que se refere o Plano de Cargos e Carreira Docente, o pessoal da UFPI é enquadrado no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei 7.596, de 10 de abril de 1987, cujo Plano de Carreira docente foi reestruturado pela Lei nº. 11.344 de 08 de setembro de 2006, publicada no DOU de 11 de setembro de 2006, na forma do seu anexo III. A capacitação de servidores de pessoal técnico-administrativo deu um salto de qualidade nos dois últimos anos, através do estímulo à qualificação em PPGs *stricto sensu* da própria IES e de outras Instituições, via PQI (UFPI/PDI-2010-1014; PRPPG/Relatório de Gestão, 2011)

A carreira de técnico-administrativo é regida pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e pela Constituição Federal, além da legislação vigente atreladas a essas Leis e a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Em termos de progressão funcional, o corpo técnico Administrativo é regido pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005) e Resolução nº 034, de 26 de julho de 2007 do Conselho de Administração, que institui o Plano de Desenvolvimento dos

Integrantes do Plano de Cargos da Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação, da UFPI (UFPI/PDI-2010-1014)

O Relatório de Gestão-2011 da UFPI faz referência a algumas dificuldades quanto à execução das atividades planejadas, de forma plena, por entraves de ordem técnica e burocrática. O déficit no número de servidores técnicos administrativos em geral, e em especial, de nível superior e da área de TI, por conta da falta de liberação de código de vagas para a realização de concursos, a evasão de alguns servidores pelo fato dos salários das IFES não lhe serem atrativos, a demora de algumas empresas vencedoras de licitações em honrarem seus compromissos, a escassez de mão-de-obra, em função da grande demanda, para a execução de obras de engenharia, dentre outros, foram as principais dificuldades encontradas pela Instituição para execução das atividades pertinentes ao exercício de 2011 e, a maioria deles está ligada a pessoal e serviços. Ressalte-se que no Relatório de gestão da DRH consta a admissão, em 2011, de 105 docentes da educação superior, três da educação básica e 12 técnicos administrativos (DRH/Relatório de Gestão 2011, p.5).

No orçamento da UFPI estão descritas as despesas efetivas com capacitação docente, de técnicos administrativos e formação do corpo de tutores (UFPI/Relatório de Gestão, 2011).

A CPA consultou à comunidade ufpiana sobre o conhecimento de uma política de apoio à capacitação de docentes e técnicos administrativos e sobre o grau de satisfação em relação ao programa de formação continuada (treinamento de pessoal) realizado pela UFPI.

As respostas a esses questionamentos estão apresentadas nos Quadros 27 e 28.

Indagados se a UFPI mantém uma política de apoio a capacitação dos seus técnico-administrativos e docentes, somente a categoria de gestores e de docentes respondeu “sim” em um nível acima de 50%. Um percentual de 32% do total de respondentes, não soube opinar (Quadro 27), o que demonstra o desconhecimento da comunidade acerca da política de qualificação do corpo docente e técnico-administrativo.

Quadro 27 – Existência de capacitação para técnico-administrativos e docentes				
Categoria	SIM	NÃO	PARCIALMENTE	Não sei opinar
Alunos de graduação presencial	43%	4%	18%	34%
Alunos de graduação a distancia	35%	3%	17%	45%
Alunos de pós-graduação	40%	4%	24%	32%
Alunos de ensino técnico	39%	5%	17%	40%
Docentes	50%	10%	36%	4%
Servidores técnico-administrativos	34%	22%	40%	4%
Gestores	55%	9%	32%	4%
Egressos	35%	6%	19%	41%
Total:	42%	5%	20%	32%

Quanto à satisfação com o programa de educação continuada da UFPI, os servidores foram os que mais se demonstraram “insatisfeitos” (44%), seguidos pelos docentes (22%). Há um percentual considerável de respondentes que “não souberam opinar” (Quadro 28)

Quadro 28– Nível de satisfação com o programa de educação continuada da UFPI.					
Categoria	MUITO Satisfeito	Satisfeito	PARCIALMENTE Satisfeito	INSATISFEITO	NÃO SEI OPINAR
Alunos de graduação presencial	8%	27%	24%	7%	34%
Alunos de graduação a distancia	7%	21%	24%	5%	42%
Alunos de pós-graduação	10%	17%	25%	3%	45%
Alunos de ensino técnico	9%	34%	19%	7%	31%
Docentes	9%	21%	32%	22%	16%
Servidores técnico-administrativos	4%	18%	24%	44%	10%
Gestores	9%	27%	37%	15%	12%
Egressos	5%	21%	18%	11%	44%
Total:	8%	26%	24%	9%	33%

Assim, apesar dos investimentos mostrados pela UFPI em seus relatórios anuais de gestão, há necessidade de maior atenção ao programa de educação continuada, sobretudo para os servidores técnico-administrativos.

5.6 Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição

Esta dimensão busca conhecer, no âmbito da IES, a existência de plano de gestão e/ou plano de metas, bem como a adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real; funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados; uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas e modos de participação dos atores na gestão (CONAES, 2004, p. 27).

Segundo o Regimento Geral, a UFPI é uma instituição pública de educação superior, que adota o modelo *multicampi* e decisões colegiadas. Sua gestão é feita em plano de execução e de deliberação, tanto em nível superior, como em nível de Unidades Acadêmicas. A administração superior compreende a Reitoria que é o órgão executivo central, dirigida pelo Reitor (Presidente dos Conselhos Diretor, de Administração, Universitário e de Ensino Pesquisa e Extensão) e, nas suas faltas e impedimentos, é substituído pelo Vice-Reitor, que é o Vice-Presidente dos Conselhos Superiores.

As Pro - Reitorias são os órgãos que auxiliam a Reitoria em suas tarefas de execução da gestão da Universidade e são dirigidas por Pró-Reitores, nomeados pelo Reitor. As Unidades de Ensino são as instâncias que operacionalizam a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme o Regimento da UFPI. Na Instituição, além da Diretoria, as unidades de Ensino estão organizadas em departamentos e coordenações de cursos ou apenas por chefias de curso, no caso dos cursos novos oriundos da expansão através do REUNI. Desta forma, nos Campi (Teresina, Picos, Parnaíba, Floriano e Bom Jesus) há formas diferenciadas de organização administrativa.

No Campus Ministro Petrônio Portela, sediado em Teresina, além da administração superior, exercida pela Reitoria, Vice-Reitoria e Pró-Reitorias - PREG, PRPPG, e PREX (que executam as atividades fins), Administração (PRAD); Planejamento e Orçamento (PROPLAN); e Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) – que executam as “atividades meio”, há a administração setorial realizada pelas unidades de ensino ou centros de ensino (Centros de Ciências da Saúde, da Educação, da Natureza, Agrárias, Humanas e Letras e de Tecnologia), sendo que cada

centro conta com um diretor e um vice-diretor, os departamentos e as coordenações/chefias de curso.

O campus sediado no município de Parnaíba (Campus Ministro Reis Veloso) conta com um diretor e um vice-diretor, chefes de departamentos e coordenações de cursos. Os novos cursos abertos recentemente, tanto no campus de Teresina como no de Parnaíba, dentro do Programa REUNI possuem apenas chefias de curso. Portanto coexistem nessas duas unidades de ensino, duas formas de organização administrativa, onde há lotação dos docentes em departamentos (forma administrativa presente antes da expansão) e em chefias de cursos (pós-expansão).

Nos Campi com sede nos municípios de Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros), Floriano (Campus Amilcar Ferreira Sobral) e Bom Jesus (Campus Professora Cinobelina Elvas), há um diretor e um vice-diretor e as chefias de curso, seguindo a segunda forma de organização (pós-expansão).

O CEAD/UAPI é vinculado à PREG e, ainda há na estrutura da UFPI os Colégios de ensino técnico (conhecidos por Colégios Agrícolas) vinculados a UFPI nos municípios de Teresina, Bom Jesus e Floriano, os quais também possuem uma diretoria composta pelo diretor e vice-diretor e coordenações para cada curso oferecido. Os colégios são também vinculados à PREG e possuem uma Coordenação geral sediada em Teresina.

Os órgãos deliberativos superiores da UFPI são os Conselhos Superiores, que funcionam em conformidade com seus respectivos regimentos, em forma de Conselho e/ou de Câmaras: Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e Conselho Universitário (CONSUN). E os órgãos deliberativos setoriais são: os Conselhos da Unidade (Conselhos Departamentais e Conselhos de Campi), Colegiados de Cursos e Assembléias Departamentais. Todos os conselhos reúnem-se ordinariamente, em períodos fixados no Regimento Interno, e extraordinariamente, sempre que necessários. Os regimentos de todos os conselhos superiores estão postados sitio eletrônico (<http://www.ufpi.br/page.php?id=152>).

Acerca desta dimensão, a CPA indagou à comunidade universitária especificamente se a forma de organização e gestão da UFPI, sobretudo a representações dos colegiados, possibilita realmente a participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios; e também se o funcionamento e a representatividade dos Colegiados da UFPI cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.

As respostas a estes questionamentos estão sumarizadas nos Quadros 29 e 30. A indagação se a forma de organização e gestão da UFPI, representação nos colegiados, possibilita a participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios, recebeu os percentuais de “sim” e “parcialmente” ficaram próximos (Quadro 29). Os egresso, alunos de ensino técnico e de EaD foram as categorias que mais declararam “não saber opinar”.

Quadro 29 – Participação dos representantes da comunidade nas decisões				
Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	32%	13%	30%	25%
Alunos de graduação a distancia	23%	8%	22%	47%
Alunos de pós-graduação	36%	8%	40%	16%
Alunos de ensino técnico	23%	6%	22%	49%
Docentes	57%	11%	27%	5%
Servidores técnico-administrativos	48%	6%	27%	18%
Gestores	66%	8%	20%	5%
Egressos	27%	13%	31%	29%
Total:	33%	12%	29%	27%

Quanto ao cumprimento dos dispositivos regimentais e estatutários no funcionamento e representatividade dos colegiados, os gestores, docentes e servidores técnico-administrativos consideraram “sim”, porém as demais categorias demonstraram não “saber opinar” (Quadro 30).

Quadro 30 – Cumprimento dos dispositivos regimentais e estatutários				
Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	36%	6%	23%	36%
Alunos de graduação a distancia	27%	3%	17%	53%
Alunos de pós-graduação	40%	4%	18%	37%
Alunos de ensino técnico	28%	6%	20%	46%
Docentes	64%	6%	20%	11%
Servidores técnico-administrativos	54%	3%	19%	24%
Gestores	73%	4%	12%	11%
Egressos	25%	4%	26%	45%
Total:	37%	5%	22%	36%

Portanto, a divulgação acerca do processo de deliberação dos colegiados e as respectivas normas regimentais carecem de maior divulgação no âmbito da UFPI.

5.7 Dimensão 7 – Infraestrutura física

Nesta Dimensão deve ser avaliada a adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão; as políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins; e utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. (CONAES, 2004, p. 29).

Segundo o PDI-(2010-2014) a estrutura física da UFPI é gerenciada pela Prefeitura Universitária (PREUNI), a quem compete administrar o uso rotineiro e a postura espacial das áreas físicas dos diversos campi; a execução das atividades de planejamento e o cadastramento das áreas físicas e da infra-estrutura dos diversos campi; a elaboração de projetos, especificações, orçamentos e cronogramas para obras da UFPI; a execução dos serviços de obras e reformas, a execução de serviços de manutenção, conservação e limpeza dos campi; a execução dos serviços de implementação e manutenção dos sistemas hidráulicos, de esgotos sanitários, elétricos, telefônicos, gás, vapor, vácuo e demais instalações da UFPI; o planejamento, a coordenação, execução e avaliação do desenvolvimento dos projetos relativos à sua área de atuação, bem como a elaboração de estudos e projetos em função dos cenários, das inovações, das tendências, e das necessidades da comunidade acadêmica; e, ainda, a licitação de obras e serviços de engenharia na UFPI.

As instalações da Universidade são diversificadas e distribuem-se nos seus cinco Campi, envolvendo: as salas de aula, os laboratórios (didáticos e de TIC), auditórios, Bibliotecas (em número de 10, sendo uma comunitária e 09 setoriais), mini-auditórios, salas de vídeo/conferência, anfiteatros, hospitais (humano e veterinário), clínicas, instalações administrativas, áreas de convivência e muitas outras. A UFPI conta também, mediante cooperação técnica, com estrutura física de outras instituições do Estado. Merecem destaque: os cinco hospitais-escola, que pertencem ao governo

estadual e escolas da rede estadual e municipal, situadas em 31 municípios piauienses, que dão suporte as atividades de EaD e/ou servem de pólo de apoio presencial.

Para execução das atividades há veículos da frota própria e terceirizados e para os serviços de segurança, que é realizada com apoio automotivo (carros e motocicletas), parte é própria e outra terceirizada.

A UFPI possui 10 (dez) bibliotecas, formando sendo um sistema de bibliotecas da UFPI (SIBi-UFPI), administrado pela biblioteca comunitária (denominada Biblioteca Carlos Castelo Branco) e nove setoriais, sediadas nas Unidades de Ensino e Campi. O acervo é informatizado e o programa utilizado permite consultas e outros serviços *on line*. O acervo total de livros do SIBi-UFPI é composto por 71.949 títulos e 215.769 exemplares, distribuído nas bibliotecas dele integrantes, nos distintos Campi. O sistema está automatizado e tem acesso a todas as bases de dados e ao portal de periódicos da CAPES. Há também um banco digital de dissertações e teses implantado da estrutura da biblioteca comunitária (UFPI/Relatório de Gestão, 2011).

Em termos de acessibilidade, a UFPI investiu, no último quinquênio, recursos da ordem de R\$ 600.000, 00 (seiscentos mil reais), para adaptação de suas instalações a portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto 5296/2004 (UFPI/PDI-2010-2014, UFPI/Relatório de Gestão, 2011). No que concerne a Língua Brasileira de sinais (LIBRAS), ocorreu a adequação dos PPCs, de forma a tornar a disciplina de LIBRAS obrigatória aos cursos de licenciaturas e optativa para os bacharelados, tendo sido realizados concursos públicos para contratação de docentes especializados na ministração desses conteúdos

A comunidade acadêmica foi consultada sobre: salas de aula, laboratórios (de informática, de práticas laboratoriais, etc.), Biblioteca Comunitária e biblioteca setoriais (salas de estudo/leitura e acervo), auditórios, áreas de convivência e lazer, cantinas, bebedouros, banheiros, serviço de internet e os recursos de tecnologia de informação e comunicação, instalações gerais e condições de funcionamento dos pólos de EaD.

Sobre as salas de aula, envolvendo dimensão, limpeza, conservação climatização e acústica, a comunidade considerou que são, em geral, satisfatórias haja vista que 68% dos respondentes assinalaram em “excelentes” e “boas” (Quadro 31).

Quadro 31 - Qualidade das salas de aula				
Categoria	Excelentes	Boas	Regulares	Ruins/Péssimas
Alunos de graduação presencial	23%	43%	29%	5%
Alunos de graduação a distancia	19%	43%	29%	9%
Alunos de pós-graduação	17%	60%	18%	5%
Alunos de ensino técnico	36%	39%	23%	3%
Docentes	15%	51%	30%	4%
Servidores técnico-administrativos	19%	57%	22%	2%
Gestores	14%	58%	26%	1%
Egressos	10%	64%	23%	3%
Total:	23%	45%	28%	5%

Quanto à qualidade dos laboratórios (de informática, de práticas laboratoriais), a comunidade considerou-os satisfatórios já que 53% dos respondentes assinalaram em “excelentes” e “bons” (Quadro 32).

Quadro 32 - Qualidade dos laboratórios				
Categoria	Excelentes	Bons	Regulares	Ruins/Péssimos
Alunos de graduação presencial	16%	36%	34%	15%
Alunos de graduação a distancia	17%	42%	31%	9%
Alunos de pós-graduação	11%	40%	40%	9%
Alunos de ensino técnico	21%	41%	29%	9%
Docentes	8%	39%	40%	14%
Servidores técnico-administrativos	11%	52%	32%	5%
Gestores	15%	43%	36%	6%
Egressos	5%	47%	37%	12%
Total:	15%	38%	34%	13%

Acerca da Biblioteca Comunitária, que é a central, administradora das demais e os auditórios, somando-se os respondentes das categorias “excelentes” e “bons”, estes ficam em 72%, o que indica a aprovação dessas estruturas pela comunidade acadêmica.

Quadro 33 - Qualidade da Biblioteca comunitária (central) e laboratórios				
Categoria	Excelentes	Bons	Regulares	Ruins/Péssimos
Alunos de graduação presencial	27%	45%	23%	4%
Alunos de graduação a distancia	20%	43%	29%	8%
Alunos de pós-graduação	28%	55%	15%	3%
Alunos de ensino técnico	33%	42%	19%	6%
Docentes	17%	50%	28%	5%
Servidores técnico-administrativos	22%	53%	23%	2%
Gestores	25%	47%	25%	4%
Egressos	26%	55%	17%	2%
Total:	26%	46%	23%	4%

Sobre a qualidade das bibliotecas setoriais, os maiores percentuais gerais estão na categoria “boas”, porém não atingiram 50% (Quadro 34), o que leva a inferir que a comunidade as considerou de “boas a regulares”.

Quadro 34 – Qualidade das bibliotecas setoriais				
Categoria	Excelentes	Boas	Regulares	Ruins/Péssimas
Alunos de graduação presencial	15%	37%	28%	11%
Alunos de graduação a distancia	18%	31%	32%	8%
Alunos de pós-graduação	12%	40%	31%	15%
Alunos de ensino técnico	18%	41%	29%	7%
Docentes	5%	35%	30%	14%
Servidores técnico-administrativos	11%	38%	25%	5%
Gestores	7%	30%	38%	8%
Egressos	7%	42%	28%	8%
Total:	16%	41%	32%	12%

As áreas de convivência, lazer e cantinas foram consideradas entre “boas” e “regulares” pela maioria dos segmentos (Quadro 35). Dentre os participantes que assinalaram “péssimas”, o maior porcentual é de docentes, com 24%.

Quadro 35 – Qualidade das áreas de conveniência/lazer e cantinas				
Categoria	Excelentes	Boas	Regulares	Ruins/Péssimas
Alunos de graduação presencial	0%	42%	41%	17%
Alunos de graduação a distancia	7%	33%	42%	18%
Alunos de pós-graduação	8%	39%	37%	15%
Alunos de ensino técnico	22%	36%	32%	10%
Docentes	4%	30%	41%	24%
Servidores técnico-administrativos	6%	39%	39%	16%
Gestores	5%	39%	37%	19%
Egressos	4%	40%	41%	14%
Total:	4%	40%	40%	17%

Os bebedouros e os banheiros também foram apontados como “bons” e “regulares” pela maioria dos segmentos (Quadro 36).

Quadro 36 – Qualidade dos bebedouros e banheiros				
Categoria	Excelentes	Bons	Regulares	Ruins/Péssimas
Alunos de graduação presencial	16%	33%	34%	17%
Alunos de graduação a distancia	11%	38%	35%	16%
Alunos de pós-graduação	11%	37%	33%	19%
Alunos de ensino técnico	16%	30%	32%	22%
Docentes	8%	35%	37%	20%
Servidores técnico-administrativos	10%	41%	37%	12%
Gestores	12%	38%	41%	9%
Egressos	5%	32%	44%	20%
Total:	14%	34%	34%	18%

Somando-se os percentuais de respondentes totais que assinalaram as categorias “bons” e regulares”, pode-se inferir que a comunidade aprova, em parte, a qualidade dos serviços de internet e de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Ressalte-se que houve um contingente de 20% que os julgou “ruins/péssimos” (Quadro 37).

Quadro 37– Qualidade dos serviços de internet e dos recursos de TIC				
Categoria	Excelentes	Bons	Regulares	Ruins/Péssimas
Alunos de graduação presencial	12%	33%	33%	22%
Alunos de graduação a distancia	9%	43%	37%	10%
Alunos de pós-graduação	14%	45%	30%	10%
Alunos de ensino técnico	16%	39%	34%	11%
Docentes	5%	29%	34%	31%
Servidores técnico-administrativos	9%	27%	38%	26%
Gestores	3%	39%	28%	30%
Egressos	5%	40%	37%	17%
Total:	12%	34%	34%	20%

Acerca da qualidade e funcionalidade das instalações gerais dos pólos de apoio presencial utilizados no ensino a distância, o maior percentual geral de respondentes ficou na categoria “bons”, seguido pela “regulares” (Quadro 38).

Quadro 38– Qualidade e funcionalidade das instalações gerais dos Pólos - EaD				
Categoria	Excelentes	Bons	Regulares	Ruins/Péssimas
Alunos de graduação presencial	6%	24%	17%	2%
Alunos de graduação a distancia	13%	35%	36%	16%
Alunos de pós-graduação	13%	27%	17%	8%
Alunos de ensino técnico	9%	50%	36%	5%
Docentes	3%	20%	19%	5%
Servidores técnico-administrativos	6%	20%	18%	3%
Gestores	0%	19%	18%	3%
Egressos	4%	53%	34%	9%
Total:	12%	45%	36%	7%

Assim, no contexto geral, as instalações gerais da UFPI para a ministração das suas atividades fins foram aprovadas pela comunidade universitária.

5.8 Dimensão 8 – Planejamento e avaliação

Na Dimensão 8, devem ser avaliadas a adequação e a efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o PPI e com os PPC, bem como os procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

O processo de autoavaliação das IES deve abordar a adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o PPI e com os PPCs, os procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas (CONAES, 2004, p. 31-32).

O planejamento institucional, segundo o PDI- (2010-2014) é realizado pela PROPLAN, com base em indicadores oriundos dos diversos órgão e unidades e os dados oriundos das auto-avaliações e das avaliações externas estão sendo utilizados de forma efetiva para tal planejamento de ações. Não há um plano de gestão anual e somente o condensado no PDI.

A fim de executar as ações planejadas a Universidade mantém relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas, por meio de mecanismos institucionais de interação com o mundo do trabalho e a prática social. Existem parcerias por meio de Convênios e Acordos de Cooperação Técnica com Instituições Públicas e Privadas e, especialmente, com Prefeituras Municipais, na implementação de ações que envolvam iniciativas de formação de educadores e agentes públicos, além eventos de valorização da educação patrimonial e memória cultural.

Para gerir adequadamente as ações da educação superior a UFPI mantém parcerias com Instituições públicas e privadas com o objetivo de realizar a sua atribuição mais nobre que é a formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento de funções que visem o desenvolvimento sustentável do Estado, da Região e do País.

Foram abordados, na consulta realizada em 2011, o conhecimento da comunidade acadêmica sobre existência e funcionamento da CPA da UFPI e sobre a utilização dos resultados da avaliação interna no planejamento Institucional (PDI) e na gestão. As respostas estão demonstradas nos Quadros 39 a 41.

Indagada se tinha conhecimento da existência e funcionalidade da CPA da UFPI, a comunidade pareceu dividida, visto que ao somar os respondentes “sim” e

“parcialmente”, totalizam apenas 34%, o que é inferior ao contingente que respondeu “não” (43%). Isso denota a necessidade de maior divulgação das finalidades e importância do trabalho autoavaliativo.

Quadro 39 - Conhecimento acerca da existência e funcionalidade da CPA				
Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	16%	45%	18%	21%
Alunos de graduação a distancia	9%	56%	12%	24%
Alunos de pós-graduação	19%	36%	24%	22%
Alunos de ensino técnico	5%	50%	7%	38%
Docentes	65%	13%	18%	4%
Servidores técnico-administrativos	51%	20%	20%	9%
Gestores	84%	7%	4%	5%
Egressos	22%	44%	14%	19%
Total:	20%	43%	17%	21%

O maior porcentual de respondentes informou que desconhecia a utilização dos resultados da autoavaliação para atualização do PDI e, conseqüentemente, como instrumento de gestão institucional, considerando-se que o “não” foi a resposta mais utilizada para esta indagação (Quadro 40).

Quadro 40 – Conhecimento sobre a utilização dos resultados da autoavaliação				
Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	14%	46%	19%	21%
Alunos de graduação a distancia	7%	53%	13%	27%
Alunos de pós-graduação	11%	54%	15%	20%
Alunos de ensino técnico	7%	50%	8%	36%
Docentes	31%	35%	24%	10%
Servidores técnico-administrativos	21%	38%	30%	11%
Gestores	40%	30%	16%	14%
Egressos	12%	53%	11%	24%
Total:	14%	46%	18%	22%

A análise desta dimensão 8, permite inferir que há necessidade de replanejamento das ações e disseminação da cultura avaliativa em todos os segmentos da comunidade acadêmica.

5.9 Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos discentes

Esta dimensão compreende a relação aluno - IES e, devido a importância da ampliação do acesso à educação superior, há necessidade de ser direcionado um foco de atenção também para a existência de políticas de ocupação de vagas ociosas nas IES.

Segundo as recomendações da CONAES é importante que os relatórios de autoavaliação das IES abordem as políticas de atendimento aos estudantes, envolvendo o acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social; políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil; mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas; acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada. Além disso, deve ser pesquisado o egresso, em especial a inserção profissional e a participação desses na vida da instituição (CONAES, 2004, p. 33).

Segundo os documentos oficiais, a UFPI mantém programas de acompanhamento ao corpo discente e de estímulo à sua permanência na Instituição. Há alguns anos, atua nas áreas de atenção à alimentação, moradia, saúde, psicopedagogia e social. Corroborando com esse trabalho que já vinha sendo desenvolvido, a edição do decreto 7.234/2010 tornou a assistência estudantil uma política de estado com força de Lei, permitindo aos gestores a realização de um melhor planejamento das ações que possam contribuir para a permanência do estudante em vulnerabilidade social nas instituições de ensino.

Nessa perspectiva, e acompanhando a política governamental de democratização do acesso e permanência do aluno nas instituições públicas de educação superior, a UFPI, por meio da PRAEC tem assumido esse compromisso e procurado trabalhar questões sociais no seu cotidiano para contribuir com a formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação. Assim, oportuniza programas de estímulo à permanência do discente por meio de quatro serviços especializados: Serviço de Benefício ao Estudante (SEBE); Serviço de Benefício ao Servidor (SEBS); Serviço Psicossocial; e Serviço Odontológico (SEOD).

O Serviço de Benefício ao Estudante da PRAEC contempla os estudantes com os seguintes auxílios: Bolsa Permanência; Moradia Universitária; Bolsa Alimentação; Bolsa Especial; Bolsa Inclusão Cultural e Auxílio Esporte.

A Bolsa Permanência é o único Programa de transferência de renda, dentre as ações da Política Nacional de Assistência Estudantil e tem o objetivo de atender as necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte, dos alunos selecionados por critérios socioeconômicos, tendo como contrapartida o cumprimento de 12 horas semanais em atividades vinculadas a projetos de pesquisa, ensino e extensão ou administrativas. Na UFPI, em consonância com o Decreto 7.416/MEC, que estabelece valores para bolsas permanência e de extensão, a remuneração vigente para essa modalidade em 2011 foi de R\$ 360,00.

Uma importante mudança nessa modalidade de auxílio ocorreu no segundo semestre de 2011, quando alunos beneficiados com essa bolsa, que estavam matriculados em um número maior ou igual a sete disciplinas, foram dispensados do cumprimento da contrapartida. Esta medida, aliada à orientação acadêmica, pedagógica e ao apoio psicológico, contribuiu para otimizar o tempo e melhorar a permanência do aluno na UFPI, reduzindo a retenção escolar. Um total de 1.115 bolsas permanência foram concedidas, sendo 493 em Teresina e as demais nos Campi do interior, incluindo-se aqui aquelas destinadas a alunos com habilidades (n=86), que atenderam as seguintes demandas: apoio a portadores de necessidades especiais - Inclusão Social (n=8); Bolsistas Acadêmicos nas áreas de Nutrição - R.U (n=15), Serviço Social (n=4); Pedagogia (n=2); Projeto Gestão Ambiental (n=21), Bolsas esporte (n=12), arte (n=11), Inclusão cultural (n=09) e comunicação (n=4), ações que revelam a diversificação de áreas de atuação no Programa, que certamente se reverterão na formação integral do aluno beneficiado.

A Bolsa Alimentação tem a finalidade de garantir o acesso gratuito à alimentação balanceada, ofertada nos Restaurantes Universitários da UFPI, a estudantes de curso de graduação presencial, previamente selecionados pelo critério socioeconômico, além dos alunos PEC-G e dos colégios Técnicos Profissionalizantes. Em 2011, a UFPI atendeu 604 estudantes, o que representa um incremento na concessão desse benefício em relação a 2010 (372).

O Programa Residência Universitária oferece moradia aos estudantes em vulnerabilidade social, procedentes de outros estados ou municípios. Provê também as condições necessárias para o funcionamento e manutenção das casas estudantis, além de

conceder três refeições balanceadas aos residentes, sendo o almoço e jantar, com acesso livre ao RU. O desjejum diário e as refeições de finais de semana e feriados são asseguradas por meio do fornecimento de gêneros alimentícios aos residentes. O campus Ministro Petrônio Portella conta, com duas unidades de moradia universitária, sendo uma mista e outra para atendimento exclusivo de alunos do sexo masculino. Atualmente, atende 110 alunos, que somados ao campus ministro Reis Veloso (40) totaliza 150 estudantes. Em 2011 foram concluídas as moradias dos Campi de Bom Jesus e Floriano, o que ampliará este tipo de assistência.

Dentre as ações com vistas à permanência do aluno no ambiente acadêmico, a UFPI inovou em 2011 concedendo a 16 alunos cotistas do curso de odontologia um KIT Odontológico, contendo 41 itens permanentes, essenciais às aulas nas disciplinas práticas do curso. Esta concessão se dá em sistema de comodato, devendo o aluno devolver o KIT ao final do curso, para que outro aluno em situação semelhante possa se beneficiar com esta ação.

A UFPI oferece ainda, através da PRAEC: o Serviço Psicossocial com ações psicopedagógicas, com a finalidade de contribuir para a superação de dificuldades dessa natureza, surgidas durante o processo de formação acadêmica; Atendimento Psicológico, na forma de avaliação psicológica, aconselhamento psicológico, visitas domiciliares, apoio psicopedagógico e psicoterapia individual.

Outra política de atendimento discente praticada pela UFPI através da PRAEC é o atendimento pedagógico, realizado mediante os seguintes procedimentos: Análise dos Históricos Escolares; Entrevista Pedagógica Individual; Aplicação de Questionário sobre Hábitos de Estudo; Orientação Educacional.

Objetivando a inclusão social, a UFPI disponibiliza 20% de suas vagas para alunos egressos de escolas públicas, o que representa 1.191 vagas das 5.944 oferecidas anualmente, em processo seletivo unificado (SISU-MEC).

Por meio da PREG são concedidas as bolsas de monitoria que, além de servirem de estímulo à docência, contribuem para o aprimoramento acadêmico e para a permanência do estudante, já que há contrapartida financeira. O número de bolsas de monitoria em 2011 foi de 20.069, distribuídas nos cinco campi. Outras bolsas da PREG que contribuem com a inclusão social são: Bolsas PEC-G (disponibilizadas a alunos estrangeiros), PROMISAES - Milton Santos de acesso ao ensino superior, PET-Programa de Educação Tutorial e PIBID - Programa de iniciação a docência (UFPI/PREG, Relatório de Gestão 2011).

Por intermédio da PRPPG são disponibilizados, aos alunos de graduação, bolsas de iniciação científica (no valor de R\$ 360,00) que em 2011 totalizaram em 391, representando um acréscimo de 7% em relação a 2010 (que totalizaram 370). Aos alunos de pós-graduação *stricto sensu* e aos residentes são ofertadas bolsas específicas pra essas modalidades, com subsídio do governo federal e com recursos próprios.

Por intermédio da PREX são disponibilizadas bolsas de extensão aos alunos regularmente matriculados, distribuídas entre projetos cadastrados. No ano de 2011, 210 bolsas de extensão foram oferecidas aos discentes, além das bolsas dos programas PROEXT, conexão de Saberes e PET-Extensão, pagas com recursos descentralizados ou diretamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Além de todas as modalidades de bolsas que são concedidas pela UFPI, integrando a política de apoio aos discentes, outras ações são praticadas em prol do aluando, algumas das quais estão direcionadas a atividades de nivelamento e outras à inclusão social propriamente. Como exemplos citam-se: o cursinho pré-vestibular, os cursos de extensão em línguas - inglesa, alemã, francesa e espanhola – escola de música, empreendedorismo (através das incubadoras de empresas) entre outras (UFPI/PREX, Relatório de Gestão 2011.)

Quanto ao egresso, o acompanhamento está previsto no atual PDI e algumas ações já foram iniciadas através da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional, que está organizando um banco de egressos a ser alimentado através da página da UFPI. As ações implantadas em 2011, voltadas para egressos dos últimos cinco anos, estão sendo viabilizadas via mala direta de e-mails.

Portanto, segundo relata a UFPI em seus documentos oficiais, a sua política de apoio aos discentes é um ponto bastante forte no contexto institucional. No orçamento de 2011 foram direcionados mais de nove milhões de reais para bolsas (UFPI/Relatório de Gestão, 2011).

A CPA consultou a comunidade acadêmica sobre o apoio institucional ao desenvolvimento acadêmico dos alunos, à participação em atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais e acerca dos mecanismos de divulgação da produção acadêmica dos discentes. Ademais indagou sobre a existência de políticas de acesso (por exemplo: cotas para oriundos de escolas públicas), permanência de estudantes com adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social.

As respostas às indagações acima estão demonstradas nos Quadros 41, 42 e 43.

Quanto às políticas de atendimento aos discentes, apenas 7% acreditam que a Instituição não oferece apoio ao desenvolvimento acadêmico dos alunos. A grande maioria, 47% dos respondentes, afirmam que sim, 43% que acontece de forma parcial esse apoio e ainda 12% não souberam responder, de acordo com o Quadro 41, a seguir.

Quadro 41 - Disponibilização de apoio acadêmico ao alunado				
Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	50%	7%	35%	8%
Alunos de graduação a distancia	28%	11%	36%	25%
Alunos de pós-graduação	48%	5%	37%	10%
Alunos de ensino técnico	41%	7%	24%	28%
Docentes	51%	5%	40%	4%
Servidores técnico-administrativos	56%	4%	28%	12%
Gestores	61%	1%	35%	3%
Egressos	39%	5%	43%	12%
Total:	47%	7%	35%	11%

Indagados acerca das políticas de acesso e permanência de estudantes quanto a relação com as políticas públicas e com o contexto social, verifica-se no Quadro 42 que 73% reconhecem a sua adequação na UFPI, ficando explícita a visibilidade que as ações para estes fins assumem frente à comunidade acadêmica visualizada pelo conhecimento da grande maioria dos participantes quanto a existência de cotas, bolsas e benefícios para garantia aos alunos proveniente das camadas socialmente menos favorecidas do ingresso e da permanência.

Um número insignificante, 2% dos participantes, afirmam a sua não existência e 13% a sua existência de forma parcial. Ainda 12% não souberam opinar.

Quadro 42 - Existência de políticas de acesso e permanência estudantil				
Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	77%	2%	13%	8%
Alunos de graduação a distancia	56%	4%	15%	26%
Alunos de pós-graduação	70%	4%	11%	15%
Alunos de ensino técnico	50%	7%	10%	33%
Docentes	79%	1%	10%	10%
Servidores técnico-administrativos	79%	0%	8%	13%
Gestores	95%	0%	3%	3%
Egressos	72%	1%	13%	14%
Total:	73%	2%	13%	12%

Em relação aos auxílios disponibilizados aos estudantes, as respostas apresentadas reforçam a adequação das políticas da UFPI demonstrada no quadro anterior, quando 73% dos participantes afirmam serem importantes esses mecanismos para permanência dos estudantes na UFPI. Apenas 1% respondeu que não e 5% que esses auxílios oferecidos pela UFPI são parcialmente importantes para a permanência dos estudantes. 5% não souberam responder.

Quadro 43 – Importância de mecanismos de permanência				
Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	91%	1%	5%	2%
Alunos de graduação a distancia	66%	5%	6%	23%
Alunos de pós-graduação	88%	2%	9%	1%
Alunos de ensino técnico	76%	1%	6%	17%
Docentes	95%	0%	4%	1%
Servidores técnico-administrativos	96%	0%	2%	2%
Gestores	96%	0%	3%	1%
Egressos	90%	1%	5%	3%
Total:	88%	1%	5%	5%

De uma forma geral, quanto às políticas de atendimento aos discentes desenvolvidas no âmbito da UFPI, pode-se concluir que há um alto grau de satisfação demonstrado nas respostas apresentadas nos Quadros 41, 42 e 43, possuindo

visibilidade, adequação com as políticas públicas e com o contexto social, sendo os auxílios disponibilizados considerados importantes para o acesso e a permanência dos estudantes oriundos da população menos favorecida.

Em relação aos egressos, quanto à contribuição do Curso de Graduação para o seu desempenho profissional, verificou-se que as respostas demonstram que os currículos desenvolvidos na UFPI contribuem para o desempenho profissional para 80% e 16% afirmaram que contribuiu de forma parcial. Apenas 2% afirmaram que não e 2% não souberam ou quiseram opinar, conforme a Figura 2.

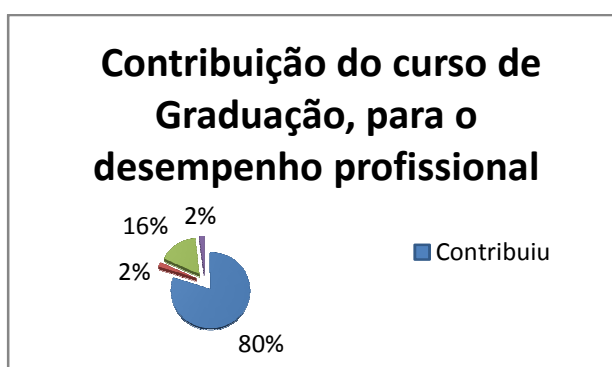


Figura 2 – Contribuição do curso de graduação para o desempenho profissional do egresso

Quanto a adequação do currículo dos Cursos de graduação às exigências do mercado de trabalho, 39% afirmam estarem adequados e 47% de forma parcial. Verificamos que apenas 7% afirmam a não adequação dos currículos e 7% não souberam opinar, conforme a Figura 3.

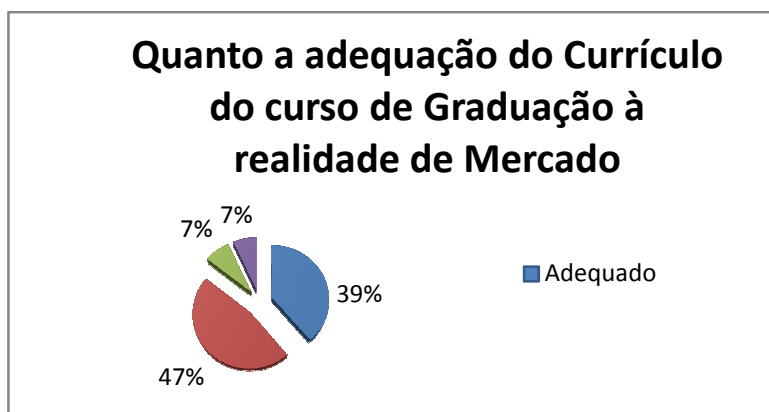


Figura 3 – Adequação do currículo do curso de graduação à realidade de mercado

Numa análise global das respostas dos egressos, quanto à contribuição do curso para o desempenho profissional, verificou-se que estes contribuem, conforme 96% dos respondentes e, em relação a adequação do currículo do curso às exigências da realidade do mercado, 39% afirmam que sim e ainda 47% que parcialmente atendem, considerando que há uma exigência contínua de atualização dos currículos diante da rapidez das transformações tecnológicas e de organização do trabalho, sendo essa necessidade contínua.

5.10 Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira

Considerando-se sustentabilidade financeira como o esforço institucional no sentido da sua manutenção, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior, a abordagem desta dimensão é de grande importância, sobretudo nas IES privadas.

O orçamento da UFPI para 2011 ultrapassou os 430 milhões de reais, sendo 316 milhões direcionados a pessoal, 75 milhões para outras despesas correntes e 42 milhões em investimentos.

O incremento ao orçamento inicial (o garantido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias), gerado por projetos aprovados pela instituição e seus professores/pesquisadores junto a órgãos de fomentos ultrapassou aos 100 milhões de reais (UFPI/Relatório de Gestão, 2011). Segundo os dados do atual PDI a instituição vem trabalhando seriamente no sentido de bem administrar os recursos públicos e de distribuí-los, o mais uniformemente possível, no cumprimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesta Dimensão a CPA consultou a comunidade acadêmica sobre a aplicação dos recursos públicos gerenciados pela UFPI, tendo em vista o atendimento às necessidades atuais da Instituição e se há aplicação uniforme dentre as atividades de “Ensino-Pesquisa-Extensão”.

Na consulta à comunidade, quando perguntados se os recursos públicos gerenciados pela UFPI são bem aplicados e atendem às necessidades atuais da Instituição, 40% do total de participantes responderam que parcialmente, 28% que sim, 23% que não e 9% não souberam opinar, conforme demonstra o Quadro 44.

Quadro 44 – Qualidade da aplicação dos recursos públicos gerenciados pela UFPI				
Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	26%	27%	40%	6%
Alunos de graduação a distancia	25%	10%	45%	20%
Alunos de pós-graduação	35%	14%	45%	7%
Alunos de ensino técnico	34%	17%	30%	19%
Docentes	37%	15%	38%	9%
Servidores técnico-administrativos	39%	13%	36%	12%
Gestores	56%	5%	32%	7%
Egressos	24%	22%	45%	9%
Total:	28%	23%	40%	9%

Em relação à uniformidade de aplicação dos recursos para atendimento às atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFPI, 31% consideram serem parcialmente aplicados os recursos de forma uniforme, 27% que sim, 24% que não e 18% não souberam opinar, conforme detalhados no Quadro 45.

Quadro 45 – Adequação da aplicação dos recursos em Ensino-Pesquisa-Extensão				
Categoria	Sim	Não	Parcialmente	Não sei Opinar
Alunos de graduação presencial	28%	27%	31%	15%
Alunos de graduação a distancia	20%	11%	38%	31%
Alunos de pós-graduação	26%	25%	31%	17%
Alunos de ensino técnico	30%	12%	24%	34%
Docentes	24%	24%	35%	17%
Servidores técnico-administrativos	34%	16%	28%	22%
Gestores	29%	4%	45%	21%
Egressos	16%	28%	34%	22%
Total:	27%	24%	31%	18%

Verifica-se, pois, a partir das respostas apresentadas pela comunidade acadêmica que há necessidade de melhor aplicação e maior volume de recursos para atendimento as necessidades atuais da Instituição e que há necessidade de uniformidade na distribuição de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão na percepção dos participantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SINAES estabelece que os processos de autoavaliação devam ser permanentes, uma vez que a cultura de avaliação precisa ser internalizada institucionalmente. As conseqüências mais esperadas da autoavaliação permanente são a produção do autoconhecimento, questionamento amadurecido das finalidades essenciais, identificação das causas de insucessos e fragilidade, amadurecimento do corpo docente quanto à consciência pedagógica e capacidade profissional, aproximação da instituição à sociedade, sobretudo ao seu entorno social e, gestão das atividades de forma que fiquem ao alcance da sociedade as informações pertinentes ao interesse comum (SINAES, 2009).

6.1 Sugestão de melhorias decorrentes da auto-avaliação

Considera-se que a autoavaliação atinge sua função quando a CPA identifica e indica para a instituição seus avanços e fragilidades, sugerindo modificações a partir das análises realizadas, uma vez que o objetivo da avaliação institucional é contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

É necessário, pois, que as IES utilizem efetivamente os resultados do processo de autoavaliação para reforçar ações que não estão atendendo às expectativas da comunidade e que não estejam contribuindo para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e para minimizar eventuais equívocos cometidos na gestão acadêmica.

6.2 Ações necessárias em conseqüentes ao processo avaliativo

Uma vez que a autoavaliação só se completa quando as ações de melhoria e de consolidação sugeridas pela CPA são implementadas pela instituição, esta Comissão, em função da análise dos resultados obtidos no processo de autoavaliação de 2011, apresenta as seguintes proposições:

-Formação de grupos de estudos acerca da legislação da educação superior como mecanismos de difusão permanente de uma cultura avaliativa;

-Oferecimento, em caráter anual, de cursos de formação de gestores, tanto em nível central, como setorial, de forma que os coordenadores/chefes de cursos, dirigentes de

unidades, integrantes dos NDEs e outros atores acadêmicos, estejam realmente preparados para o exercício das funções. Esta atividade poderá ser cadastrada na PREX como formação continuada;

-Realização anual do seminário sobre o funcionamento institucional – atividade que deverá constar no calendário universitário e ter caráter obrigatório para ingressantes, seja discente (de graduação e de pós-graduação), servidor técnico-administrativo ou docente, além da divulgação dos resultados aferidos pela Instituição e o da autoavaliação Institucional;

-Conscientização da necessidade, no âmbito das unidades de ensino, de serem indicados para compor a CPA (central e setoriais) pessoas que, preferencialmente, possuam experiência em gestão e/ou que estejam bastante familiarizadas com as atividades universitárias;

-Organização de fóruns de representantes de CPA de IES do Estado e da região, de forma que possam ser abordadas e compatibilizadas as experiências decorrentes desse trabalho;

-Elaboração anual, pela CPA, de documento sintético a ser protocolado ao dirigente maior, acerca das considerações necessárias ao planejamento do exercício, a partir das considerações decorrentes das análises dos resultados da auto-avaliação, de forma que possam ser efetivamente utilizados como instrumento de gestão.

-Autonomia para as comissões setoriais para condução do processo setorial de avaliação Institucional.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** *Diário Oficial República Federativa do Brasil*, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.** *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 72, seção 1, p. 3-4, 15 jan. 2004.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). **Orientações gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições.** Brasília, 2004.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação.** 5. ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009, 328 p.

BRASIL. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Volume 3 - **Análise dos Relatórios de autoavaliação da Instituições de Educação Superior.** Brasília: INEP, 2011, 101 p.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior.** São Paulo: Cortez, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Coletânea: Estatuto da UFPI. Regimento Geral da UFPI. Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Regimento do Conselho de Administração da UFPI. Regimento do Conselho Universitário da UFPI. Estatuto da FUFPI. Regimento do Conselho Diretor da FUFPI.** Teresina: Gráfica da UFPI, 12 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI-2005-2009** Teresina: UFPI, 2005, 51 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI-2010-2014** Teresina: UFPI, 2010, 232 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Autoavaliação Institucional da UFPI-2006-2008.** Teresina: UFPI, 2011, 128 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Autoavaliação Institucional da UFPI-2010.** Teresina: UFPI, 2011, 169 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão 2011** Teresina: UFPI, 2011, 283 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional**. Teresina: UFPI, 2011, 38 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários**. Teresina: UFPI, 2011, 49 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão da Pro-Reitoria de Ensino de Graduação**. Teresina: UFPI, 2011, 51 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão da Pro-Reitoria de Extensão**. Teresina: UFPI, 2011, 32 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão da Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**. Teresina: UFPI, 2011, 48 p.

ANEXOS

(Relatórios setorizados por Campi e Curso)